DIARIO OFFICIAL

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

REPUBLICA FEDERAL

ORDEM E PROGRESSO

ANNO XXIX 12^o DA REPUBLICA — N. 135

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA 22 DE MAIO DE 1900

SUMMARIO

ACTOS DO PODER EXECUTIVO.

Mensagens ao Congresso Nacional.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—
Decretos de 19 do corrente.

SECRETARIAS DE ESTADO :

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores—
Portaria sobre saude publica—Aditamento ao
expediente de 18 do corrente, da Directoria
do Interior—Expediente de 19 do corrente,
das Directorias da Justiça e da Contabilidade
—Expediente de 19 do corrente da Directoria
Geral de Saude Publica.

Ministerio da Fazenda—Títulos de 20 do cor-
rente—Expediente de 19 do corrente, da Direc-
toria do Expediente do Thesouro Federal—
Recebedoria.

Ministerio da Marinha—Portarias de 21 do cor-
rente.

Ministerio da Guerra—Expediente de 12 e 14 do
corrente.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas
—Portarias de 21 do corrente, da Directoria
Geral da Industria—Expediente de 19 do cor-
rente, da Directoria Geral de Obras e Viação—
Expediente da Directoria Geral dos Correios.

SECÇÃO JUDICIARIA—Sessão da Camara Civil da
Côrte de Appellação.

NOTICIARIO.

EDITAES E AVIROS.

PART. COMMERCIAL.

SOCIEDADES ANONYMAS — Estatutos do Collegio
Caraca.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

Srs. Membros do Congresso Nacional.—
Submetto á vossa consideração, afim de que
vos digneis resolver sobre o assumpto, a in-
clusa exposição em que o Ministro da Justiça
e Negocios Interiores demonstra a necessidade
do supprimento do credito de 3:252\$ á verba
n. 12 — Justiça do Districto Federal, do exer-
cicio de 1900.

Capital Federal, 19 de maio de 1900.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sr. Presidente da Republica.— Ao or-
ganizar-se a tabella explicativa das despe-
zas deste ministerio para o actual exer-
cicio de 1900, de accordo com as alterações
determinadas pela lei n. 652, de 23 de no-
vembro de 1899, verificou-se ter o Congresso
Nacional votado de menos a quantia de
3:252\$ na verba n. 12 — Justiça do Dis-
tricto Federal — como passo a expor:

Na proposta do Governo a despeza total
dessa verba é de 687:386\$, e correndo a me-
tade pela União e outra metade pela Muni-
cipalidade pediu-se, por isso, a metade da
quella quantia ou sejam 343:693\$000.

Tendo, porém, a citada lei n. 652 elimi-
nado na referida verba n. 12 a quantia de
6:720\$, destinada ao pagamento do curador
das massas fallidas e augmentado a de 216\$
para consumo de agua do Tribunal Civil e
Criminal, o que dá em resultado uma redu-
ção na verba de 6:504\$, a despeza total será
de 680:882\$, em vez de 687:386\$, ou metade
na importancia de 340:441\$, e não 337:189\$,
como foi votada.

A diferença de 3:252\$ entre estas duas
ultimas quantias provém de de ter o Cou-
gresso Nacional abatido da metade da despeza
orçada, na importancia de 343:693\$, toda a
quantia de 6:504\$, quando devia diminuir
sómente a metade, isto é, 3:252\$, pela razão
já indicada de que a despeza pertence á
União e á Municipalidade, repartidamente.

A' vista do exposto, julgo dever suggerir-
vos a conveniencia de solicitar-se do Con-
gresso Nacional o supprimento de credito de
3:252\$ á verba n. 12 do exercicio de 1900.

Capital Federal, 19 de maio de 1900.—
Epitacio Pessoa.

Srs. Membros do Congresso Nacional —
Tendo em consideração o que ponderou o
Ministro da Justiça e Negocios Interiores, na
exposição junta, sobre a necessidade de soli-
citar-se do Congresso Nacional a concessão do
credito de 880\$645, para pagamento dos ven-
cimentos que competem, no periodo de 3 de
outubro a 31 de dezembro de 1899, ao prepa-
rador da cadeira de histologia da Faculdade
de Medicina do Rio de Janeiro, Dr. Ernani
Carlos de Menezes Pinto, cabe-me a honra de
submitter á vossa apreciação o assumpto,
afim de que vos digneis resolver como for
acertado.

Capital Federal, 19 de maio de 1900.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sr. Presidente da Republica.— O Governo,
usando da autorização concedida pelo art. 3^o,
n. VIII da lei n. 560, de 31 de dezembro de
1898, equiparou, por decreto n. 3.266, de 22
de abril de 1899, o numero de preparadores
da cadeira de histologia da Faculdade de
Medicina do Rio de Janeiro ao dos prepara-
dores da cadeira de anatomia descriptiva da
mesma faculdade, sendo nomeado para o
logar accrescido o Dr. Ernani Carlos de Me-
nezes Pinto, que tomou posse e entrou em
exercicio em 3 de outubro ultimo.

Não estando comprehendido na tabella ex-
plicativa do orçamento do exercicio de 1899 o
credito para pagamento dos vencimentos de
mais esse preparador, e não tendo o Congresso
Nacional autorizado o Poder Executivo a
abrir o respectivo credito, torna-se necessario
solicitar do mesmo Congresso o credito de
880\$645, em que importam os vencimentos,
de que se trata, a contar de 3 de outubro a
31 de dezembro do anno passado.

Submitto, pois, o assumpto á vossa apre-
ciação, afim de que vos digneis resolver como
julgardes acertado.

Capital Federal, 19 de maio de 1900.—
Epitacio Pessoa.

Srs. Membros do Congresso Nacional—
Tenho a honra de submitter-vos a inclusa
exposição que me dirigiu o Ministro da Jus-
tiça e Negocios Interiores, sobre a neces-
sidade da concessão do credito especial de
14:237\$216, para occorrer ao pagamento dos
vencimentos, relativos ao periodo de 1 de
agosto de 1894 a 31 de dezembro de 1896, que
deixou de perceber o capitão medico da bri-
gada policial desta Capital, Dr. Arlindo de
Aguiar e Souza.

Capital Federal, 19 de maio de 1900.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

Sr. Presidente da Republica.— O Dr. Arlindo
de Aguiar e Souza, capitão-medico da brigada
policial desta Capital, tendo sido exonerado
por decreto de 30 de maio de 1894, foi, pelo
de 22 de fevereiro de 1897, mandado reverter
ao quadro effectivo da mesma brigada por
haver provado que não solicitara a demissão
que lhe foi dada.

Esse acto de reintegração conferiu ao refe-
rido official direito ao pagamento dos ven-
cimentos atrasados, na importancia de
14:945\$795, correspondentes ao periodo do-
corrido da data da exoneração a 31 de
dezembro de 1896.

O pagamento da parte do vencimento, na
importancia de 708\$579, relativa ao periodo
de 30 de maio a 31 de julho de 1894, já foi
effectuado como divida de exercicio findo.

Quanto aos vencimentos de 1 de agosto de
1894 a 3 de dezembro de 1896, na importan-
cia de 14:237\$216, compete ao Congresso Na-
cional conceder o respectivo credito, de ac-
cordo com a resolução da Secção de Fazenda
do Conselho de Estado n. 983, de 15 de maio
de 1872, visto como naquelle periodo o logar
estava preenchido, dando-se consequentemente
duplicata de despeza.

Tendo sido attendida a reclamação do pe-
tionario, no sentido de ser reparado o pre-
juizo que lhe causou o acto do Poder Ex-
ecultvo, a este cabe promover essa reparação,
solicitando do Poder Legislativo o credito es-
pecial da mencionada quantia de 14:237\$216,
para occorrer á despeza com os vencimentos
que, no alludido periodo, deixou de perceber
o mesmo official.

Capital Federal, 19 de maio de 1900.—
Epitacio Pessoa.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Por decreto de 19 de maio corrente, foi
concedido ao leute cathedratico da Faculdade
de Medicina do Rio de Janeiro Dr. João da
Costa Lima e Castro o accrescimento de 10 %
de seus vencimentos, correspondente a 15
anos de serviço effectivo no magisterio.

Por decretos de 19 do corrente mez :

Foi classificado no commando da 4^a compa-
nhia do 1^o batalhão de infantaria da brigada
policial desta Capital o capitão aggregado ao
3^o batalhão da mesma brigada Francisco Xa-
vier do Nascimento Flor's Salvaterra.

Foi promovido o tenente Ignacio Fer-
reira Guimarães ao posto de capitão da 4^a
companhia do 7^o batalhão de infantaria da
guarda nacional da Capital Federal, ficando
sem effeito o decreto de 24 de março ultimo,
que o promovera em igual posto na 3^a com-
panhia do mesmo batalhão.

Foram nomeados para a guarda na-
cional :

CAPITAL FEDERAL

8^o batalhão de infantaria

4^a companhia — Alferes, José Vieira de
Mello.

1^o regimento de cavallaria

Estado-maior — Tenente-secretario, o alfe-
res Alfredo Gaudencio Maia Côrtes.

2^o esquadrão — Tenente, o alferes Arthur
Rodrigues da Silva ;

Alfêres, Francisco Cardoso Couto Cau.
3º esquadrão — Tenente, o alfêres Ernesto Damiani;
Alfêres, Francisco de Paula Antunes e Hugo Delayt.
4º esquadrão — Tenente, o alfêres João de Avila Mello;
Alfêres, Cícero Heredia.

ESTADO DA BAHIA

Comarca de Curralinho

33ª brigada de infantaria

Coronel-commandante, Tranquillino José Nogueira.

Estado-maior — Capitães-assistentes, José Antonio de Moura e Antonio Ribeiro de Magalhães;

Capitães ajudantes de ordens, Veridiano Ferreira de Almeida e Antonio Francisco do Nascimento;

Major cirurgião, Dr. Timotheo Symphronio Maciel.

3ª brigada de artilharia

Coronel commandante, Antonio Ferreira Soares.

Estado-maior—Capitães assistentes, Pedro Ribeiro Alves Sampaio e João Ribeiro de Magalhães;

Capitães ajudantes de ordens, Henrique Leclague e Arthur Ribeiro de Magalhães;

Major cirurgião, Dr. Antonio Maria Garcez.

3º regimento de artilharia de campanha
Tenente-coronel-commandante, Antonio Joaquim Ribeiro de Magalhães.

Comarca de S. Felix

20ª brigada de cavallaria

Estado-maior — Capitão-assistente, Manoel de Souza Mendonça;

Capitão ajudante de ordens, José Lino de Queiroz;

Major-cirurgião, o major Jeronymo Cypriano Barroso.

39º regimento de cavallaria

Tenente-coronel-commandante, o capitão Alfredo Borges de Barros.

Estado-maior—Major-fiscal, Alexandre Furtado da Fonseca;

Capitão-ajudante, Odilon de Souza Brito;

Tenente-secretario, Deocleciano Francisco dos Reis;

Capitão-cirurgião, Dr. João Dias Muniz Barreto.

1º esquadrão—Capitão, Arthur Jansen Ferreira;

Tenentes, Flaviano Pinheiro da Paixão e Luiz José da Costa Coentro;

Alfêres, João Augusto dos Santos Filho e Candido Antonio Pereira.

2º esquadrão—Capitão, Collatino da Costa Coentro;

Tenentes, Francisco Sabino Maia e Manoel Felix de Menezes Alvarenga;

Alfêres, João Rodrigues Vellame e Antonio José Duarte Guimarães.

3º esquadrão—Capitão, Antonio Francisco Vellame Filho;

Alfêres, Abraham Frederico Tedgue e Olivio Carvalhal Ferreira.

Foram declarados sem effeito:

O decreto de 21 de outubro de 1899, na parte em que no.veo os seguintes officiaes para a guarda nacional:

ESTADO DA BAHIA

Comarca de Curralinho

33ª brigada de infantaria

Coronel-commandante, o tenente-coronel Francisco de Barros Lordello.

Estado-maior — Capitães assistentes, Jesuino Tertuliano Marques e José Antonio de Moura.

Capitães ajudantes de ordens, Veridiano Ferreira de Almeida e Antonio Ribeiro de Magalhães.

Major cirurgião, Dr. Timotheo Symphronio Maciel.

Os decretos de 2 de setembro e 21 de outubro de 1899, na parte em que nomearam os seguintes officiaes para a guarda nacional:

ESTADO DA BAHIA

Comarca de S. Felix

20ª brigada de cavallaria

Estado-maior—Capitão assistente, Aprigio José Lobo.

Capitão ajudante de ordens, José Lino de Queiroz.

Major cirurgião, Dr. José Ferreira Netto.

39º regimento de cavallaria

Tenente-coronel-commandante, o capitão Alfredo Borges de Barros.

Estado-maior — Major-fiscal, Alexandre Fortunato da Fonseca.

Capitão-ajudante, Serapião José Gomes.

Tenente-secretario, Deocleciano Francisco dos Reis.

Capitão-cirurgião, Luiz Antonio Filgueiras.

1º esquadrão — Capitão, Arthur Jansen Ferreira.

Tenentes, Luiz José da Costa Coentro e Flaviano Pinheiro da Paixão.

Alfêres, Manoel Bernardino da Paixão e João Augusto dos Santos Filho.

2º esquadrão—Capitão, Collatino da Costa Coentro.

Tenentes, Theophilo da Silva Cajazeira e Francisco Sabino Maia.

Alfêres, João Rodrigues Vellame e Armando Braulio.

3º esquadrão—Capitão, Antonio Francisco Vellame Filho.

Alfêres, Abraham Francisco Folguê e Olivio Carvalhal Ferreira.

SECRETARIAS DE ESTADO

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

O Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores, em nome do Presidente da Republica:

Considerando que occorreram nesta Capital, no dia 16 do corrente, dous casos comprovados de peste bubonica, resolve:

1º, declarar suspeito o porto do Rio de Janeiro e suspoita a respectiva cidade;

2º, determinar que os navios partidos do porto do Rio de Janeiro, com destino aos portos dos Estados, deverão dirigir-se primeiramente ao Lazareto da ilha Grande, onde serão desinfectados;

3º, prohibir a sahida do porto do Rio de Janeiro para os dos Estados aos generos susceptiveis indica'os no art. 30 do regulamento sanitario vigente.

Capital Federal, 21 de maio de 1900 —
Epitacio Pessoa.

Additamento ao expediente de 18 de maio de 1900

DIRECTORIA DO INTERIOR

O Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores, em nome do Presidente da Republica:

Resolve, de accordo com os arts. 103 e 104 dos estatutos annexos ao decreto n. 3.226 de 1 de fevereiro de 1896, approvar para as bécas dos doutores e bachareis em direito o figurino e a respectiva descripção que a este acompanham.

Capital Federal, 18 de maio de 1900.—
Epitacio Pessoa.

Descripção do figurino a que se refere a portaria de 18 de maio de 1900

Barrete ou gorro, de copa pouco alta, de aba grande, mais larga em cima do que em baixo, virada para cima, acompanhando a copa em todo o seu contorno inferior e elevando-se até dous terços da altura desta, forrado de setim preto por fóra e branco por dentro, guarnecido de uma cocarde ou tope, formado por uma facha de seda leve, de cor escarlate, reportada em uma das pontas, dobrada longitudinalmente e depois torcida em forma de rodilha, deixando livre a parte recortada, que deve sahir do lado do gorro.

Béca ou veste talar de seda preta fina, de collarinho ou gola em pé, devendo ser na face posterior e na parte em que se liga a mesma gola, ligeiramente franzida e formando no centro uma dobra de oito centímetros de largura em sua origem, augmentando para a parte inferior. Pela frente e guarnecida de passamanerias de retorta e seda brilhante, presas nas extremidades por botões do mesmo retorz; abotoando-se a linha mediana, por meio de colchetes occultos, até a cintura e sendo fechada dahi para baixo. Todas as costuras serão feitas na laos, de modo que as mangas sa occulta, podendo abrir-se bolsos nas ditas costuras.

A manga deve ser dupla, constando de uma manga perdida, larga e franzida em sua junção com o corpo da béca, de maneira augmentar a largura das espaldas; na altura da cava do braço, terá um ligeiro apanhado retido por uma roseta de setim preto sobrepondo-se a um laço do mesmo setim e de modo apparente um pouco do forro a guisa de paramento. Esta manga deve ser da mesma seda fosca da béca. A segunda manga de setim preto igual ao forro da primeira, sa justa, guarnecida de punhos brancos rendados na borda e abertura inferior, pregada pela face interna. A béca será apertada a cintura por um cinto de couro envernizado ou de setim preto com fivela de prata munida pelo lado interno de uma pequena chapa, afim de evitar o attrito dos dentes sobre a vestimenta a que se sobrepõe.

Expediente de 19 de maio de 1900

DIRECTORIA DA JUSTIÇA

Autorizou-se:

O general commandante superior da guarda nacional desta Capital a conceder guia de mudança para o municipio de Therapollis, no Estado do Rio de Janeiro, onde pretenda fixar residencia, ao tenente quartel-mestre do 6º batalhão de infantaria da referida milicia Alberto Joaquim de Oliveira, conforme requereu;

Ao coronel commandante superior interino da guarda nacional do Estado do Rio de Janeiro, a conceder guia de mudança para a Capital Federal, onde pretenda fixar residencia, ao tenente quartel-mestre do 3º regimento de cavallaria da guarda nacional da comarca de Vassouras, Agostino Thompson de Paula Leite, conforme requereu.

Concedeu-se, nos termos do art. 28, ultima parte, do decreto n. 1.354, de 6 de abril de 1854, um anno de licença, para tratar de negocios de seu interesse obra do districto de seu corpo, ao tenente-coronel comandante do 1º regimento de cavallaria da guarda nacional da capital do Estado do Ceará Licínio Nunes de Mello—Enviou-se a portaria á Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no dito Estado.

— Remetteram-se :

— Ao presidente do Tribunal Civil e Criminal, para ser informado e instruido, nos termos do decreto n. 2.566, de 28 de março de 1860 e avisos-circulares de 28 de junho de 1866, e 27 de janeiro de 1876, o requerimento em que João Ayres Vieira pede perdão para Victorino Ayres Vieira do resto do tempo que lhe falta para cumprir a pena de prisão, imposta pelo Tribunal do Jury desta Capital ;

— Ao juiz da 1ª pretoria, para os fins indicados no art. 8º do regulamento anexo ao decreto n. 9.886, de 7 de março de 1888, cópia do termo de obito lavrado a bordo do paquete nacional *Pernambuco* e referente ao menor Flavio Boeno, filho de D. America Pinto Boeno e natural desta Capital ;

— Ao presidente do Supremo Tribunal Militar, afim de ser julgado, em superior e ultima instancia, o processo instaurado contra o soldado da brigada policial desta Capital Francisco Justino Borges.

Requerimento despachado

Tenente-coronel Joaquim Duarte do Nascimento, comandante do 1º batalhão da reserva da guarda nacional desta Capital, pedindo a sua reforma no posto de coronel.—Deferido. Satisfaça o sello da respectiva patente, afim de que possam ser expedidos os necessarios actos.

DIRECTORIA DE CONTABILIDADE

Solicitaram-se ao Ministerio da Fazenda os pagamentos:

De 3:389\$660, despezas miudas do Instituto dos Surdos-Mudos, relativas ao 1º trimestre findo ;

De 7:575\$157, fornecimentos, em abril, ás colonias de alienados ;

De 12\$, impressão de cartazes para o Arquivo Publico.

— Recommendou-se ao engenheiro encarregado das obras deste Ministerio examine o laboratorio de therapeutica da Faculdade de Medicina.

— Transmittiram-se ao 1º secretario da Camara dos Deputados as mensagens solicitando a concessão dos créditos:

De 14:237\$216, para pagamento dos vencimentos, relativos ao periodo de 1 de agosto de 1894 a 31 de dezembro de 1896, que deixou de perceber o capitão medico da brigada policial, Dr. Arlindo de Aguiar e Souza ;

De 880\$645, para pagamento dos vencimentos que competem, no periodo de 3 de outubro a 31 de dezembro de 1899, ao preparador da cadeira de histologia da Faculdade de Medicina, Dr. Ernani Carlos de Menezes Pinto ;

De 3:252\$, supprimento á verba n. 12 do orçamento actual.

DIRECTORIA GERAL DE SAUDE PUBLICA

Solicitaram-se ao inspector da Alfandega desta Capital providencias para que sejam apprehendidos quatro caixões exceptuados do manifesto do vapor *Rio Pardo*.

— Communicou-se ao mesmo inspector que esta Directoria Geral nada tem a oppor á sahida dessa alfandega da caixa n. 8.291, marca PS, chegada no vapor *Gullileo*, de propriedade de Augusto Hochne.

— Remetteu-se ao director do Lazareto da Ilha Grande a conta, na importancia de 1:406\$200, de Teixeira Borges & Comp.

POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL

Por portarias de 19 do corrente:

Foi declarada sem effeito a de hontem, pela qual foi nomeado inspector interino da 8ª circumscripção suburbana João Carlos Ribeiro Macedo Machado, por não ter este aceitado tal nomeação ;

— Foi nomeado o cidadão Carlos Martins Homem da Silva para exercer interinamente o cargo de inspector seccional da 8ª circumscripção suburbana.

Ministerio da Fazenda

Por titulos de 20 do corrente mez:

Foi exonerado Heraclito Ferreira Santiago do logar de fiscal do imposto de consumo do sal no municipio de Aracaty, Estado do Ceará ;

Foi nomeado Francisco Nogueira da Rocha, para o logar de fiscal do imposto de consumo do sal no municipio de Aracaty, Estado do Ceará.

Directoria do Expediente do Thesouro Federal

Dia. 19 de maio de 1900

Expediente do Sr. Ministro:

Ao director da Casa da Moeda:

N. 13—Autorizando-o a providenciar para que sejam postas em circulação as novas estampilhas do sello adhesivo da taxa de 300 réis, devendo ser remetidos á Recebedoria desta Capital 50.000 dos ditos sellos.

Expediente do Sr. director:

Ao director da Recebedoria desta Capital:

N. 28—Devolvendo a petição em que Antonio José Marques e outros, fiscaes dos impostos de consumo, solicitam lhes seja também abor a gratificação concedida pelo Sr. Ministro a diversos outros fiscaes dos ditos impostos e pedindo, de ordem do mesmo Sr. Ministro, informações sobre o merecimento da pretensão dos requerentes.

— Ao inspector da Caixa de Amortização:

N. 31—Pedindo, de ordem do Sr. Ministro, que informe, e m urgencia, si as notas do 200\$ da 5ª estampa, a que se refere o officio daquela repartição n. 82, de 26 de junho de 1896, remetido, por cópia, com o de n. 71, de 8 deste mez, estão ainda em circulação e bem assim qual o valor actual das mesmas notas.

N. 32—Communicando que o Sr. Ministro, por despacho de 8 do corrente, resolveu permitir que o porteiro daquela repartição passe a assignar-se Paulino de Freitas.

— Ao director geral da Imprensa Nacional:

N. 18—Communicando que o Sr. Ministro, attendendo ao que solicitou a Prefeitura do Districto Federal, resolveu, por despacho de 15 do corrente, autorizar-o a remetter á mesma Prefeitura alguns exemplares do novo regulamento para a cobrança do imposto do sello, anexo ao decreto n. 3.564, de 22 de janeiro ultimo.

— A' Delegacia Fiscal no Amazonas:

N. 31—Remettendo a portaria de 10 do corrente, que concede dous mezes de licença ao 2º escripturario da Alfandega daquelle Estado, Eduardo da Silva Perdigão.

— A' Delegacia Fiscal no Maranhão:

N. 25—Communicando que o Sr. Ministro, attendendo ao que solicitaram os negociantes Maia, Sobrinho & Comp., resolveu, por des-

pacho de 11 do corrente mez, autorizar-a a aceitar, em pagamento de direitos na Alfandega daquelle Estado, vales ouro emitidos pelos Bancos de Pernambuco e Pará, que estiverem para isso habilitados.

— A' Delegacia Fiscal no Rio Grande do Norte:

N. 11—Remettendo a portaria de 10 do corrente, que prorroga por dous mezes a licença em cujo gozo se acha o fiscal do imposto de consumo do sal, na 2ª circumscripção do municipio de Mossoró, Absalão de Oliveira Mendes.

— A' Delegacia Fiscal em Pernambuco:

N. 59—Declaro-vos, para os devidos effeitos, que o Sr. Ministro, tendo em vista que das provas ultimamente exhibidas por Henry Forster & Comp., agentes do vapor allemão *Dalecartia*, entrado nesse porto em 13 de fevereiro de 1898, resulta a convicção de não se ter dado a falta de volumes que determinou a imposição da multa de 3:575\$320, mantida por despacho deste Ministerio de 16 de junho do anno passado, do qual tivestes conhecimento pela ordem desta directoria n. 67, de 23 do mesmo mez, resolveu, em 9 do corrente, de accordo com o parecer emitido pelo Conselho de Fazenda, em sessão de 1 tambem do corrente mez, reconsiderar o referido despacho, attendendo assim ao que lhe requereram os ditos Henry Forster & Comp.

N. 60—Communicando que o Sr. Ministro, por despacho de 18 de abril findo, resolveu prorogar por 60 dias o prazo de igual tempo que pelo mesmo Sr. Ministro foi marcado, em 23 de janeiro do corrente anno, ao 1º escripturario da extincta Thesouraria de Fazenda daquelle Estado, Manoel Ribeiro de Carvalho Junior, para assumir o exercicio do cargo de 2º escripturario da Delegacia Fiscal, no Maranhão, para o qual foi nomeado por decreto de 22 de setembro do anno passado.

N. 61—Remettendo a portaria de 10 do corrente que concede dous mezes de licença ao 2º escripturario daquelle delegacia José Monteiro Pessoa.

— A' Delegacia Fiscal na Bahia:

N. 39—Remettendo a portaria de 10 do corrente que concede dous mezes de licença ao 4º escripturario da Alfandega daquelle Estado João Leal dos Santos.

— A' Delegacia Fiscal em S. Paulo:

N. 56—Declarando que o Sr. Ministro, por despacho de 9 do corrente, approvou o acto da mesma delegacia, pelo qual foi nomeado o fiscal dos impostos de consumo, na 2ª circumscripção daquelle Estado, Augusto Victorio Merly, para exercer interinamente identicas funções na 7ª circumscripção do mesmo Estado.

N. 57—Remettendo a portaria de 10 do corrente, que concede dous mezes de licença ao fiscal dos impostos de consumo na 19ª circumscripção daquelle Estado Francisco da Costa Coimbra.

— A' Delegacia Fiscal no Rio Grande do Sul:

N. 47—Remettendo a portaria de 10 do corrente, que prorroga por dous mezes a licença em cujo gozo se acha o 2º escripturario da Alfandega de Uruguayana Vicente Maximo de Almeida Serra.

— Ao inspector da Alfandega de Santos:

N. 58—Recommendando, visto terem sido consideradas falsas pelo exame a que se procedeu na Casa da Moeda as duas estampilhas do sello adhesivo do valor de 10\$ e 20\$, remetidas por aquella alfandega com officio n. 146, de 7 de abril ultimo, que providencie no sentido de ser descoberto o autor de tal falsificação, afim de contra elle ser instaurado o competente processo criminal.

RECEBEDORIA

Requerimentos despachados

Antonio Gomes Maciel.—Transfira-se.
Antonio de Souza Bastos.—Idem.
Fonseca & Comp.—Idem.
Bento Manoel de Carvalho.—Inscruva-se.
Antonio Manoel Ferraz da Silva.—Rectifique-se o lançamento de accordo com a informação, officinando-se á Intendencia Municipal.
Thomaz Frederico Militão.—Rectifique-se.
José Victorino de Carvalho Magalhães.—Deduzam-se oito mezes do passado exercicio, fazendo-se notar no lançamento a vacancia.
Gonçalves Xavier e outros.—Satisfazam a exigencia da sub-directoria.
Mathilde Candida Barbosa da Fonseca.—Paga a multa de 20\$, transfira-se.
Candida da Costa Almeida.—Idem.
Guilherme José da Costa Vieira.—Idem.
Maria Candida Pacheco Marques.—Idem.
Slata Feldmann.—Transfira-se.
Violeta do Valle Galvão.—Idem, pagando a multa de 20\$000.

Francisco Teixeira Bastos.—Transfira-se.
Antonio Marques de Oliveira.—Restituam-se 110\$000.
Euzebia Candida de Oliveira.—Satisfaza a exigencia da sub-directoria.

Frederico Antonio de Santiago.—O predio referido não se acha inscripto em nome do peticionario.

Ferreira Santos & Comp.—Archive-se.

Francisco Barbata.—Satisfaza a exigencia da sub-directoria.

José da Silva Paulino.—Pague o imposto do 2º semestre do exercicio de 1898.

J. A. da Rocha Junior.—Mostre-se quite do imposto em debito.

Manoel Gonçalves Vieira.—Satisfaza a exigencia da sub-directoria.

Pelo Sr. director :

Brito, Vieira & Comp.—A circular do Ministro da Fazenda n. 33, de 10 do corrente mez, publicada no *Diario Official* de 11, subsequente, responde á consulta feita.

João Moutinho Pinto.—Compareça a esta repartição.

Ministerio da Marinha

Por portarias de 21 do corrente:

Foram nomeados David de Vargas Cavalleiro e Mario Floriano Toledo para exercerem o cargo de alumnos pensionistas do Hospital do Marinha.

Foram concedidas, na forma da lei, para tratamento de saude, as seguintes licenças:

De dous mezes, ao sub-ajudante de machinista extranumerario Honorato Floro Candido;

De 90 dias, ao ajudante de machinista João Baptista de Figueiredo Ferreira Aranha;

De dous mezos, ao sub-ajudante de machinista José Alexandre de Menezes;

De dous mezes, ao ajudante de machinista Candido Corrêa Franca;

De tres mezes, ao armeiro de 2ª classe José de Vasconcellos Lysias;

De 30 dias, ao serralheiro de 2ª classe Pedro Gracindo dos Santos.

Requerimento despachado

Maria Joaquina Ramos de Oliveira.—Requeira no anno vindouro, visto que já estão funcionando as aulas da Escola Naval e de la muito encerrada a matricula para a admissão de candidatos.

Ministerio da Guerra

Expediente de 12 de maio de 1900

Ao Sr. Ministro da Fazenda, transmittindo cópia authentica do decreto de 11 do corrente que concede a Antonio Semiano das Mercês Proto aposentadoria no lugar de mestre da officina de serralheiros do extinto Arsenal de Guerra de Pernambuco e declarando que conta elle mais de dous annos de effectivo serviço no lugar em que é aposentado.

—Ao Supremo Tribunal Militar, remettendo, para os fins convenientes, cópias authenticas dos decretos de 11 do corrente, que promovem diversos officiaes nas armas de artilharia, cavallaria e infantaria e que reformam o major do 34º batalhão de infantaria Francisco da Paula Moreira, o 2º sargento do 7º regimento de cavallaria José Pedroso de Barros e o cabo de esquadra do 2º batalhão de artilharia Belarmino Ferreira Duarte.

—Ao chefe do Estado Maior do Exercito:

Approvando as nomeações, feitas pelo commandante do 7º districto militar, do capitão do 8º batalhão de infantaria Urbano Vieira da Silva Franca e dos alferes Ambrosio Pereira Fortes, do 21º da mesma arma, e Pedro Americo de Alencar, do 7º regimento de cavallaria, para servirem interinamente, o primeiro como encarregado do detalhe do commando do mesmo districto e os ultimos como ajudantes de ordens, devendo aquelle commandante opportunamente propor outros, de accordo com as disposições legais;

Mandando recolher ao 1º regimento de cavallaria, a que pertence, o alferes Alvaro da Costa Dias, que se acha addido ao 6º batalhão de artilharia;

Classificando no 4º batalhão de artilharia o 1º tenente José Francisco Netto, promovido a este posto por decreto de 11 do corrente.

Transferindo nas armas de artilharia, cavallaria e infantaria os officiaes abaixo mencionados :

Na arma de artilharia :

Para o 2º regimento o 1º tenente do 4º batalhão João Dionysio da Silva Pereira.

Na arma de cavallaria :

Para o 4º regimento, o tenente do 11º Joaquim Antonio de Azevedo ;

Para o 5º regimento, o tenente do 4º Aristides Arminio de Almeida Rego ;

Para o 11º regimento o tenente do 5º Carlos Sabino da Rocha.

Na arma de infantaria :

Para o 6º batalhão, o tenente do 12º Augusto Cardoso de Lemos ;

Para o 12º batalhão, o tenente do 6º Paulo de Albuquerque, que se acha nesta Capital ;

Para o 39º batalhão, o tenente do 7º Joaquim Galvão Soveral, a seu pedido.

—Ao director geral de artilharia, mandando indicar, com urgencia, um official nas condições do disposto no art. 379 do regulamento dos arsenaes de guerra, para servir como ajudante do director do Arsenal de Guerra do Estado de Matto Grosso, conforme pede o commandante do 7º districto militar, em telegramma de 4 do corrente, dirigido ao chefe do estado-maior do exercito, em substituição do 2º tenente Alexandre Argollo Mendes, que tem de fazer parte da commissão encarregada da construção de uma estrada ao Pará.

Ministerio da Guerra—N. 994—Rio de Janeiro, 12 de maio de 1900.

Sr. chefe do Estado Maior do Exercito—Tendo o alferes do 8º regimento de cavallaria Ivo Leite de Salles consultado si a menagem concedida ao official no quartel de sua residencia, de accordo com o disposto na letra a do art. 130 do Regulamento Processual Criminal Militar, deve ser contada como prisão

preventiva e consequentemente levada em conta no cumprimento da pena, vos declaro, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 2 do mez findo, resolveu, em 11 do corrente, que a menagem concedida ao official do exercito no quartel de sua residencia deve ser considerada prisão preventiva e como tal levada em conta no cumprimento da sentença.

Saude e fraternidade.—*João Thomas Cantuarria.*

Communicou-se ao Supremo Tribunal Militar.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica—Mandastes transmittir em 9 de janeiro ultimo, por aviso do Ministerio da Guerra, a este tribunal, para emitir seu parecer sobre os inclusos papeis relativos ao alferes do 8º regimento de cavallaria Ivo Leite de Salles, consultando si a menagem concedida ao official no quartel de sua residencia deve ser contada como prisão preventiva e nestas condições levada em conta no cumprimento da pena, visto que o paragrapho unico do art. 243 do Regulamento Processual Criminal Militar nada diz a respeito.

O general chefe do Estado Maior do Exercito, tendo em vista as informações da 4ª secção e da Auditoria de Guerra, junto ao mesmo estado maior, diz o seguinte:

« Acerca da consulta que nos inclusos papeis dirige ao Sr. Ministro o alferes do 8º regimento de cavallaria Ivo Leite de Salles, penso que: si a menagem concedida em cidades e acampamentos não é computada como prisão preventiva para o tempo total (paragrapho unico do art. 243 do Regulamento Processual Militar), e si (art. 130 do dito regulamento) a menagem pôde ser concedido ao official na sua propria casa, no quartel do corpo, na praça, acampamento, cidade ou lugar em que se achar, parece claro que a menagem no quartel de sua residencia deve ser, por exclusão de partes, considerada prisão preventiva e levada em conta no cumprimento da sentença. A secção de exame da Secretaria da Guerra exprime-se da seguinte maneira:

Si a menagem concedida nas cidades e acampamentos não é computada como prisão preventiva para o tempo total da sentença (paragrapho unico do art. 243 do regulamento processual) e si (art. 130 do dito regulamento) a menagem pôde ser concedida ao official na sua propria casa, no quartel do corpo, na praça, acampamento, cidade ou lugar em que se achar, parece claro que a menagem em sua propria casa deve, por exclusão de partes, ser considerada prisão preventiva e levada em conta no cumprimento da sentença.

Onde a lei não distingue ninguém pôde distinguir?

Demais, achar-se com menagem em casa é *mutatis mutandis* estar preso em casa.

Estou, assim, de accordo com a secção.»

O Supremo Tribunal Militar está de accordo com as opiniões do general chefe do Estado Maior e da secção de exame da Secretaria da Guerra, sendo de parecer que:

A menagem concedida ao official do exercito no quartel de sua residencia deve ser considerada prisão preventiva e levada em conta no cumprimento da sentença.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1900.—E. Barbosa.—R. Galvão.—Tude Neiva.—C. Niemeyer.—J. Thomas Cantuarria.

Foram votos os Srs. ministros Miranda Reis, Netto e Moura.

Resolução

Como parece. 11 de maio de 1900.—*Campos Salles.*—*J. Thomas Cantuarria.*

Ministerio da Guerra—N. 31—Rio de Janeiro, 12 de maio de 1900.

Sr. director da Contadoria Geral da Guerra.—Tendo o Sr. Presidente da Republica se conformado em 11 de corrente com o parecer do Supremo Tribunal Militar exarado em consulta de 2 de abril findo, sobre o requerimento de D. Izabel Georgina Pires de Mello, viúva do alferes Manoel Zuzarte de Mello, fallecido em consequencia de molestia adquirida na campanha de Canudos, mandae restituir a mesma viúva a quantia de 920\$, que foi deduzida do espolio daquelle official para indemnização da divida que tinha para com a Fazenda Nacional.

Saude e fraternidade.—*João Thomas Cantuaria*.—Communicou-se ao Supremo Tribunal Militar.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica.—Por aviso do Ministerio da Guerra, de 3 de janeiro do corrente anno, mandastes remetter ao Supremo Tribunal Militar, para consultar com seu parecer, o requerimento e mais papeis juntos relativos ao pedido de D. Izabel Georgina Pires de Mello, viúva do alferes do exercito Manoel Zuzarte de Mello, para ser-lhe restituída a importancia deduzida do espolio de seu fallecido marido, a titulo de indemnização a Fazenda Nacional pela divida contrahida por elle, visto julgar-se comprehendida no decreto n. 611, de 29 de setembro do anno passado.

A respeito informa a Contadoria Geral da Guerra que em 5 de outubro de 1897 foi recolhida a extincta caixa militar da Bahia a quantia de 1:720\$, encontrada em poder do alferes Zuzarte de Mello após seu fallecimento em Monte-Santo; e que, tendo sido a mesma importancia requerida posteriormente pela referida viúva, o chefe da mencionada caixa opinou que lhe fosse entregue a differença entre a quantia acima de 1:720\$ e a de 920\$, divida que tinha para com a Fazenda Nacional o fallecido alferes.

Despachando o então Ministro da Guerra de accordo com esta opinião, foi entregue a viúva a quantia de 800\$000.

Informa mais a citada Contadoria que, em vista da inspecção de saude a que foi submettido, em Canudos, a 3 de setembro de 1897, obteve o alferes Zuzarte de Mello quatro mezes de licença, fallecendo em Monte Santo dias depois de sua chegada, e que o art. 1º do decreto n. 611, citado pela requerente, mandando remir as dividas dos officiaes e praças fallecidas em Canudos, não parece comprehendor os que pereceram nas praças de guerra, devido a causas diversas; pensando pelo exposto a mesma Contadoria que a citada disposição não pôde aproveitar a requerente.

A viúva do alferes Zuzarte de Mello allega em seu requerimento que elle falleceu em consequencia de molestia adquirida na campanha de Canudos, e parece.

A Contadoria Geral da Guerra diz em sua informação que a disposição do decreto n. 611 não pôde aproveitar a requerente, mas assim não pensa este tribunal, por ter fallecido o alferes Zuzarte de Mello em Monte Santo, theatro das operações da campanha de Canudos, e por molestia adquirida nella, como allega a sua viúva.

O art. 1º do citado decreto manda remir as dividas dos officiaes e praças que pereceram na campanha de Canudos e não somente em frente ás suas trincheiras.

Demais, consta da informação da mesma contadoria que o referido alferes Zuzarte de Mello obteve quatro mezes de licença em vista da inspecção de saude a que foi submettido em Canudos, fallecendo dias depois de ter chegado a Monte Santo.

Onde a lei não distingue não se deve distinguir o que ella talvez não cogitou; e nem a letra, nem o espirito della se presta a interpretação que lhe foi dada, prejudicando

assim a viúva de um official, de quem estava ausente, supportando elle as agruras de uma campanha como foi a de Canudos, onde expunha a sua vida em tiroteios e combates; assim, o Supremo Tribunal Militar acha que é de justiça o que requer a viúva do alferes Manoel Zuzarte de Mello, por achar-se seu fallecido marido comprehendido no decreto n. 611, de 29 de setembro do anno passado, devendo-se indemnizar a referida viúva da quantia que lhe foi descontada da importancia encontrada no espolio de seu fallecido marido.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1900.—*E. Barbosa.—R. Galvão.—Tude Neva.—C. Niemeyer.—J. Thomas Cantuaria*.

Foram votos os Srs. ministros Miranda Reis, Netto e Moura.

Resolução

Como parece. 11 de maio de 1900.—*Campos Salles.—J. Thomas Cantuaria*.

Ministerio da Guerra—N. 989—Rio de Janeiro, 12 de maio de 1900.

Sr. chefe do Estado-Maior do Exercito.—Declaro-vos que approvo a deliberação que tomou o commandante do 4º districto militar, segundo consta de seu officio n. 398, de 30 de janeiro ultimo, dirigido a essa repartição, de determinar ao commandante do 38º batalhão de infantaria, corpo que dá destacamento para a Escola Militar do Brazil, que designe tenentes para commandal-o, nomeando alferes unicamente na falta absoluta daquelles, não tendo direito ao que pede o tenente do referido batalhão João Leopoldo Montenegro da Cunha, que foi mandado reassumir o commando do destacamento da dita escola, por haver terminado a licença que obteve para tratar-se e reclamar pelo facto de ser nomeado outro official para servir como ajudante do batalhão durante o impedimento do capitão Manoel Ignacio Domingues, por isso que o reclamante não se achava em disponibilidade, quando se deu a nomeação interina de ajudante do 38º batalhão de infantaria e devia concluir o serviço do commando do destacamento onde se achava quando deu parte do doente.

Saude e fraternidade.—*João Thomas Cantuaria*.

Dia 14

Ao Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores:

Submettendo á sua consideração, para poder ser iniciado o respectivo processo pelo juiz competente, o inquerito pollicial militar referente ao desapparecimento de espoletas para granadas em um dos depositos da Intendencia Geral da Guerra;

Pedindo o fornecimento de um escaler para o serviço quarentenario a cargo da fortaleza de Aracatuba, visto estar quasi imprestavel o escaler cedido para tal fim pela Capitania do Porto de Santa Catharina.

— Ao Sr. Ministro da Fazenda:

Submettendo á sua consideração, por se tratar do assumpto da competencia do Ministerio da Fazenda, pepei em que Merandolina Ferreira da Silva, viúva de José Joaquim Silva, operario da Casa da Moeda, fallecido em 1894, pede pagamento da pensão do montepio que allega lhe competir;

Solicitando providencias para que no Thesouro Federal sejam pagas as quantias seguintes:

De 234\$, ao alferes Carlos Sabino da Rocha, de differença de etapa que deixou de receber no periodo de 6 de setembro a 31 de dezembro de 1893;

De 9:503\$120, a Corrêa & Comp., de artigos de expediente fornecidos ao commando do 5º districto militar, em 1898;

De 1:820\$, a Baptista & Filho, de moveis fornecidos ao Collegio Militar;

De 7:470\$, a Luiz Nunes da Silva, de transporte de volumes enviados pela Intendencia Geral da Guerra ao 20º batalhão de infantaria, em Goyaz;

De 37:122\$167, de fornecimentos feitos a diversas repartições do Ministerio da Guerra, no actual exercicio, sendo: a Marcenaria Brasileira, 4:655\$; a Manoel Vieira Faria, 33\$; a Rocha Teixeira & Comp., 640\$300; a Torres Irmão & Comp., 214\$; a Viúva Trout & Comp., 280\$; a Vicente da Cunha Guimarães, 51\$100; a Vieira de Carvalho & Comp., 402\$500; a Villas Boas & Comp., 94\$472; a White & Comp., 688\$980; a A. de Paula Santos, 30\$; a Alberto de Almeida & Comp., 1:151\$205; a Azovodo Alves & Carvalho, 60\$; a Domingos Joaquim da Silva & Comp., 110\$; a Fonseca Santos & Comp., 2:713\$450; a Hime & Comp., 38\$700; a José Oliveira Castro & Comp., 37\$500; a J. P. dos Santos & Comp., 317\$500; a Merino & Comp., 90\$; a Alberto de Almeida & Comp., 15\$000; a Borlido Moniz & Comp., 737\$600; a Domingos Joaquim da Silva & Comp., 4:609\$080; a Fonseca Santos & Comp., 6\$700; a Hime & Comp., 142\$700; a Laemert & Comp., 175\$; a Luiz Macedo, 6:473\$600; a Rocha Teixeira & Comp., 305\$300; a Villas Boas & Comp., 153\$200; a Casa de Correção desta Capital, 7\$; a F. Briguier & Comp., 91\$300; a H. Garnier, 634\$500; a Sociedade Propagadora de Instrução dos Operarios da Freguezia da Lagôa, 160\$ e a Pacheco, Leal & Moreira, 12:000\$000.

— Ao Sr. Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas:

Communicando que o edificio do extincto arsenal de guerra do Pará está occupado pelo quartel do commando do 1º districto militar e deposito de artigos billicos, razão por que não pôde ser cedido ao ministerio a seu cargo, conforme pede em aviso n. 27, de 17 de fevereiro findo, para nelle ser estabelecida a Administração dos Correios do dito Estado;

Solicitando providencias para que seja substituido o aparelho telephonico do gabinete do Ministerio da Guerra, de accordo com o orçamento remetido pela Repartição Geral dos Telegraphos em 28 de abril findo, e bem assim estabelecida comunicação telephonica entre o centro telephonico da Secretaria da Guerra e o edificio da antiga fabrica de S. Lazaro, para onde foi transferida a 3ª secção do Arsenal de Guerra desta Capital, passando-se para alli um dos aparelhos que funcionavam na fortaleza da Conceição.

— Ao delegado fiscal do Thesouro Federal em Porto Alegre:

Declarando, para os fins convenientes, que, por despacho de 22 de setembro do anno passado, foi approvado o contracto celebrado na respectiva delegacia com Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz, para a compra dos materiaes do predio do quartel dos Guarany e dos de uma casa no arraial do Parthonon, na referida cidade, o qual deverá ser cumprido para evitar prejuizos com a demora;

Remettendo, para informar, papeis relativos ás consignações estabelecidas pelo tenente José Joaquim Cardoso e alferes Oswaldo Diniz, ambos do 29º batalhão de infantaria, e que por ordem do commandante daquelle batalhão foram reduzidas á importancia dos respectivos soldos.

— Ao secretario dos negocios da justiça do Estado de S. Paulo, agradecendo a remessa de um album contendo uma marcha com o titulo «Quarto Centenario» offerecido ao Governo por Antonio Muscente e pedindo que se digne transmittir esse agradecimento ao offerante.

— Ao prefeito do Districto Federal, declarando, em solução ao seu officio n. 119, de 31 de março findo, que o Dr. Francisco Rapp, professor do Instituto Commercial, deixou de ser inspecionado de saude pela junta militar de S. João d'El-Rey, por haver allegado achar-se no gozo de licença.

—Ao commandante da Escola Militar do Brazil, approvando a deliberação que tomou de mandar tornar effectiva a matricula do alferes do 21º batalhão de infantaria Ambrosio Pereira Fortes, que, por aviso de 9 de março ultimo, obtivera licença para tal fim.

—Ao commandante da Escola Preparatoria e de Tactica no Realengo:

Declarando que, segundo informa o director geral de Saude, são bastantes para o serviço os dous pharmaceuticos que servem na dita escola e os dous praticos a que se refere o art. 224 do regulamento, não podendo por isso ser attendido o pedido feito pelo encarregado da pharmacia de mais um pharmaceutico para auxiliar o serviço.

Mandando trancar a matricula do alumno alferes do 13º regimento de cavallaria José dos Passos, conforme pelo o dito official.—Communicou-se ao chefe do Estado Maior.

—Ao director da Fabrica de Cartuxos e Artificios de Guerra, autorizando a remetter à Direcção Geral de Artilharia um cunbeto e cinco maletes preparados na dita fabrica para o acondicionamento de cartuxos, assim de que a dita Direcção de parecer sobre a conveniencia de ser adoptado como regulamentar aquelle acondicionamento da munição Mauser de guerra.—Communicou-se à referida Direcção.

—Ao director geral de Saude, approvando o contracto cujo termo, por cópia, acompanhou o seu officio n. 611, dirigido em 2 de abril findo ao director da Contadoria Geral de Guerra, celebrado com varios negociantes para o fornecimento de drogas nacionaes ao Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar, durante o corrente anno, devendo ser remetida uma outra cópia para ficar na 3ª secção da mesma Contadoria, e declarando que convem ser alterado o outro termo, anexo por cópia ao dito officio relativo a Walter, Block & Comp., acrescentando-se no final da 7ª condicção depois da palavra —accidentaes— o seguinte: «e mais a multa de 20 % sobre o valor total do artigo comprado de accordo com o preço estipulado no contracto, » mencionando-se o preço de todos os artigos e enviando ao Ministerio da Guerra duas vias do mesmo termo para ser então approvedo.

—Ao intendente geral da guerra:

Autorizando a fazer assignar o contracto com Monteiro & Comp., para o fornecimento de canna de assucar para substituir a alfafa na forragem dos animaes dos carpos da guarnição desta Capital, assim de se fazer a experiencia ordenada no aviso n. 153, de 9 de abril findo.

Declarando :

Em solução à consulta que fez si para o despacho de armas de caça é necessaria prévia autorização do Ministerio da Guerra, que póde ser permittido o despacho sempre que se tratar de armamento e munições de caça; e que, quanto ao armamento de guerra e respectivos petrechos, deverá preceder autorização do dito Ministerio para effectuar-se o competente despacho, de conformidade com o disposto no § 7 do art. 6º, das disposições preliminares da Tarifa das Alfandegas ;

Para que o faça constar aos commandantes dos districtos militares, que nesta data se comunica ao Ministerio da Fazenda, em additamento ao aviso de 23 de agosto ultimo, não haver inconveniente na revogação da circular n. 11; de 5 de fevereiro de 1897, do dito Ministerio, quanto ao armamento e munição para caça, ficando ao da Guerra o direito de resolver de accordo com aquelle paragraphos e quando for opportuno sobre os despachos de armamento de guerra.—Communicou-se ao referido Ministerio da Fazenda.

Mandando :

Realizar novo concurso para o preenchimento de uma vaga de amanuense do Almo-xarifado do Arsenal de Guerra de Matto Grosso, sendo as provas prestadas separada-

mente por materias e remetidas ao Governo com o quadro da classificação dos candidatos approvedos, visto haver sido annullado o realizado no dia 7 de março findo ;

Vender em concorrência publica, no local em que se acham na fortaleza da Conceição, uma machina motora horizontal, uma outra vertical, uma caldeira, uma machina de furar ferro e um ventilador de pás, que pertencem à 3ª secção do Arsenal de Guerra e cuja remoção para o edificio da antiga fabrica de S. Lazaro não convem pelo estado em que se acha tal material.—Communicou-se ao director do dito arsenal.

—Ao chefe do Estado Maior do Exercito:

Permittindo ao alferes do 39º batalhão de infantaria Emygdio Barbosa Lima ir ao Rio Grande do Norte, devendo regressar ao seu corpo no prazo de 60 dias.

Mandando:

Continuar a servir no 39º batalhão de infantaria, até segunda ordem, o major Antonio Gonçalves Pereira;

Servir addido, por 60 dias, no 28º batalhão de infantaria, em vista do seu estado de saude, o capitão-ajudante do 7º Antonio da Camara Tavares;

Declarar ao commandante do 6º districto militar que é approvada a proposta que faz o commandante da Escola Preparatoria e de Tactica do Rio Pardo, do alferes do 17º batalhão de infantaria Francisco Corrêa de Macedo para servir como agente da enfermaria da mesma escola, não o sendo quanto ao major Luiz Antonio Cardoso, por serem precisos os seus serviços como fiscal no regimento a que pertence;

Incluir no Asylo dos Invalidos da Patria o tenente reformado do exercito Francisco de Barros, por ser paralytico, e o soldado Afonso Bastos da Silva, por ter sido julgado soffrer de molestia incuravel e não poder prover aos meios de subsistencia, permittindo-se ao primeiro residir no Rio Grande do Norte e ficando sem effeito a baixa que o segundo obteve e não contando para fim algum o tempo em que esteve fóra das fileiras do mesmo exercito;

Transferir para o dito asylo o armeiro do 1º batalhão de engenharia Joaquim José dos Santos, visto estar impossibilitado para o serviço do exercito em consequencia da molestia adquirida no mesmo serviço.

Ministerio da Guerra—Rio de Janeiro, 14 de maio de 1900—N. 43.

Sr. director geral de saude—Mandai fornecer de ora em diante aos empregados, operarios, aprendizes e serventes do Laboratorio Pyrotechnico de Cuyabá, pela pharmacia militar da guarnição da dita cidade, e mediante indemnização, os medicamentos que lhes forem recitados pelo medico do exercito, que para tal fim deverá ser escalado mensalmente pelo vosso delegado junto ao commandante do 7º districto militar, de accordo com a informação dessa direcção n. 44, de 24 de março ultimo.

Saude e fraternidade.—João Thomas Cantuaria.—Communicou-se ao intendente geral da Guerra.

Ministerio da Guerra—Rio de Janeiro, 14 de maio de 1900—N. 190.

Sr. intendente geral da Guerra—Declaro, em resposta ao vosso officio n. 1.410, de 19 de abril findo, e em additamento ao aviso n. 153, de 14 do mesmo mez, com relação à multa imposta aos fornecedores Fonseca Santos & Comp., que não podem ser classificados como incurso no art. 88 do regulamento de 19 de outubro de 1872 os fornecedores que houverem excedido o prazo fixado para a entrega de artigos cujas compras se fizerem por ajuste prévio, por isso que a disposição do referido artigo constitue uma das clausulas de contractos assignados por ambas as partes com obrigações mutuas.

Declaro-vos, outrossim, que não estão sujeitos à multa de 20 % os negociantes Azave Alves & Carvalho e Cesar Gomes & Comp., cujas contas com a nota—sem contracto— foram apresentadas à Contadoria para o respectivo processo, visto que se acham elle em condições identicas ás de Fonseca Santos & Comp., sendo que a Contadoria si não impugnou as multas que lhes foram impostas porque aguardava a solução deste Ministerio dada no mencionado aviso de 14 de abril com relação ao primeiro dos ditos fornecedores.

Saude e fraternidade.—João Thomas Cantuaria.

Ministerio da Guerra—Rio de Janeiro, 14 de maio de 1900—N. 998.

Sr. chefe do Estado Maior do Exercito—Tendo o director da Colonia Militar do Chopim, no Estado do Paraná, consultado em telegramma dirigido à Contadoria Geral de Guerra, em 28 de dezembro ultimo, sobre a gratificação que deve ser abonada aos ajudantes das colonias, declaro-vos, para que o faça constar ao commandante do 5º districto militar, que, si naquella colonia é necessario haver um ajudante e no desempenho desse logar se acha um official, deverá perceber gratificação de exercicio de substituto do corpo a que pertencer.

Saude e fraternidade.—João Thomas Cantuaria.

Ministerio da Guerra—Rio de Janeiro, 14 de maio de 1900—N. 1.005.

Sr. chefe do Estado Maior do Exercito—Declaro-vos, para os fins convenientes, que Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 2 do mez findo, relativo à proposta que faz o commandante do 4º districto militar, em officio n. 3.227, de julho ultimo, para que se dê a faculdade de se reunirem os conselhos de guerra com maioria absoluta de seus membros, para evitar-se demora no andamento dos processos, resolveu, em 11 do corrente, não mais adoptar a providencia indicada, porque o Regulamento Processual Criminal Militar não dispõe que os conselhos de guerra poderão funcionar sem algum de seus membros estatue implicitamente que esses conselhos não ficam constituídos sem a presença de todos os juizes, além de estabelecer no art. 288 que será responsabilizado criminalmente o que der causa immediata e não sufficientemente justificada ao adiamento do julgamento.

Saude e fraternidade.—João Thomas Cantuaria.—Communicou-se ao Supremo Tribunal Militar.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica—Por intermedio do Ministerio da Guerra, em aviso de 18 de julho ultimo, mandastes a este tribunal, para ser tomado em consideração, o officio n. 3.227, que em 3 deste mez dirigiu o commandante do 4º districto militar ao chefe do Estado Maior do Exercito propondo, para evitar demora no andamento dos processos, a faculdade de se reunirem os conselhos de guerra com a maioria absoluta de seus membros.

O officio a que allude o aviso supra está expresso nestes termos :

« Existindo na Auditoria deste districto crescido numero de processos, cujo andamento tem sido demorado por causas diversas, figurando com frequencia entre ellas a falta de comparecimento de um de seus membros, para ser adiada a sessão, dando causa a constantes infrações do disposto no art. 290, do Regulamento Processual Criminal Militar, estabelece o prazo de 60 dias para sua terminação, salvo força maior comprovada,

venho propor-vos, como medida capaz de sanar o mal apontado, si não no todo, ao menos em grande parte, a faculdade de reunir-se o mesmo conselho de guerra com a maioria absoluta de seus membros.

A sessão inicial e a final do julgamento é obrigatorio o comparecimento de todos os membros do conselho, e as outras, porém, em que se trata de inquirição de testemunhas, e diligencias judiciaes, podem ser realizadas com a maioria e mais um dos respectivos membros, sendo o presidente o interrogante e o auditor obrigados a todas, completando-se o quarto membro com um dos juizes que comparecer à hora marcada. Todos os corpos collectivos deliberam com a metade e mais um da totalidade de seus membros e os tribunaes criminaes não fazem excepção a esta regra.

E como no Regulamento Processual Criminal Militar não venha taxativamente disposta a exigencia de funcionar o conselho de guerra com a totalidade dos seus membros, pôde-se, em beneficio dos réos, adoptar a praxe geralmente seguida, até no proprio Supremo Tribunal Militar, de constituir-se para deliberar e julgar com a maioria de seus membros.

Ora, desde que a respeito não ficou claramente estatuida no regulamento regra alguma; e dispondo o art. 316 que nos casos omissos se consulte a jurisprudencia do Supremo Tribunal Militar, pensa ser este um dos casos cogitados no citado artigo; resolvereis, entretanto, Sr. general, o que vos parecer, em beneficio da justiça militar, mais acertado.»

O Supremo Tribunal Militar, tomando em consideração o contexto do officio do general commandante do 4º districto, passa a dizer o que pensa a respeito.

Desde que foram estabelecidos os conselhos de guerra no Brazil, tem sido sete os seus membros *ad inusit* do que se praticava em Portugal, e jamais se permittiu que funcionassem sem a presença de todos os juizes.

O Regulamento Processual Criminal Militar, publicado em obediencia à lei n. 149, de 18 de julho de 1893, conservou o numero de sete juizes, e não dispondo em nenhum artigo que os conselhos de guerra podem funcionar sem algum dos seus membros, estatua, implicitamente, que esses conselhos não ficam constituídos sem a presença de todos os juizes.

As sentenças devem ser dadas pelos juizes que tenham assistido a todos os tramites do processo no conselho de guerra, salvo casos especiaes, como o de molestia, em que torna-se indispensavel a substituição de algum delles.

O Supremo Tribunal Militar fica constituido para julgar sem a presença da totalidade de seis ministros, como diz o commandante do 4º districto, pôde funcionar com oito ministros quando for applicavel a pena de 30 annos de prisão e com sete nos outros casos, porque assim o dispõe taxativamente a respectiva lei organica.

Mas esses juizes, para podorem julgar, devem assistir à leitura completa do relatorio dos autos, isto é, devem assistir a todo o processo no tribunal.

Para que os conselhos de guerra pudessem funcionar sem a presença de todos os juizes para elles nomeados, seria preciso tambem dispositivo expresso no regulamento.

Os juizes que comparecessem somente à sessão inicial e à do julgamento, perderiam o ensejo de formular perguntas às testemunhas para se esclarecerem, porque taes perguntas devem ser feitas em seguida à inquirição de cada testemunha e antes de dada a palavra ao réo para contestal-a, como preceitua o art. 202.

O Regulamento Processual Criminal Militar procurou obviar, quanto possivel, o inconveniente da substituição de juizes, dispondo que «o serviço judiciario prefere a qualquer outro», art. 287, e para impedir frequentes faltas de comparecimento de juizes às re-

uniões dos conselhos de guerra, o que occasiona adiamento da sentença, mandou «responsabilizar criminalmente todo aquelle que der causa immediata e não sufficientemente justificada para adiar-se julgamento», art. 288.

Pelos fundamentos que acaba de expender, o Supremo Tribunal Militar não pôde concordar com a proposta do general commandante do 4º districto militar.

O ministro marechal Tude Neiva deu o seguinte voto:

Dispondo o Regulamento Processual Criminal Militar, nos arts. 12 e 13, que os conselhos de guerra se componham de sete juizes, nada existe que prohiba o funcionamento desses conselhos com a maioria necessaria, conforme as attribuições peculiares a cada um dos juizes, a não ser a praxe até agora seguida de exigir-se a presença da totalidade dos mesmos juizes em todas as sessões.

Si, pois, a experiencia tem demonstrado que semelhante praxe occasiona o retardamento da marcha na administração da justiça, como affirma o commandante do 4º districto militar, e si a sua alteração pôde ao contrario favorecer este publico serviço, com vantagem para a sorte dos accusados perante os tribunaes judiciais militares, é de bom conselho alterar a mesma praxe, indicando-se e regulando-se uma tal pratica.

Assim, sou de parecer que nas sessões de instrucção, em que se tiver de inquirir testemunhas ou processar diligencias independentes do interrogatorio do réo e seu julgamento, uma vez que se achem na séde da circumscripção judicial militar respectiva todos os juizes de um conselho de guerra, quando naquellas sessões se der a falta de comparecimento até de tres juizes, pôde o mesmo conselho funcionar com o presidente, interrogante, auditor e dos outros quatro juizes, pratica esta que ficará reservada com o disposto nos arts. 209 e 211 do referido regulamento e está de accordo com o que se procede em todos os tribunaes da Republica, que podem legalmente funcionar com a maioria absoluta de seus membros.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1900.—*E. Barbosa.—R. Galvão.—Tude Neiva.—C. Niemeyer.—J. Thomaz Cantuaria.*

Foram votos os Srs. ministros Miranda Reis, Netto e Moura.

Resolução

Como parece, 11 de maio de 1900.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

João Thomaz Cantuaria.

Ministerio da Guerra — Rio de Janeiro, 14 de maio de 1900 — N. 1.002.

Sr. chefe do Estado Maior do Exercito — Declaro-vos, para os fins convenientes, que o Sr. Presidente da Republica, conformando-se com o parecer do Supremo Tribunal Militar, exarado em consulta de 2 de abril findo, relativa à data a partir da qual deve a praxe sentenciada soffrer o desconto de metade do soldo, assumpto sobre o qual pediu esclarecimentos o capitão fiscal do 39º batalhão de infantaria, resolveu, em 11 do corrente, que o desconto de meio-soldo das praças de pret, submettidas a processo no fóro civil ou militar, deve se effectuado da data da sentença em ultima instancia, fazendo-se carga às ditas praças para lhes ser descontada, na forma da lei, da importancia do meio-soldo que houverem recebido desde a data da prisão preventiva, que lhes é computada para o cumprimento da sentença, e que por identidade de razões se deverá descontar dos officiaes de patente sentenciados a dois annos ou menos, o meio-soldo que se lhes tiver abonado durante o tempo da prisão preventiva, computado no cumprimento da sentença.

Saude e fraternidade.—*João Thomaz Cantuaria.*— Communicou-se ao Supremo Tribunal Militar.

CONSULTA A QUE SE REFERE O AVISO SUPRA

Sr. Presidente da Republica.— Mandastos, por aviso do Ministerio da Guerra n. 174, de 11 de dezembro do anno proximo findo, remetter a este tribunal, para consultar com seu parecer, os inclusos papeis em que o capitão do 39º batalhão de infantaria Antonio Gonçalves Pereira consulta desde quando deve a praxe sentenciada soffrer o desconto da metade do soldo: si da data da sentença ou daquella em que fór presa e sujeita a processo, uma vez que no cumprimento da pena se leva em conta o tempo de prisão preventiva.

O chefe do Estado Maior do Exercito pensa que se deve proceder em relação às praças de pret como se procede com os officiaes submettidos a processo.

A quarta secção do Estado Maior do Exercito entende que, caso não haja embargo, deve ser da data da intimação da sentença o desconto de metade do soldo, fazendo-se, porém, carga à praxe sentenciada da metade do soldo recebido durante o tempo em que ainda não era conhecida a sentença, mas que faz parte do cumprimento da mesma sentença.

O Supremo Tribunal, tendo estudado com a devida attenção a questão ora sujeita à sua consideração, passa a expôr o que pensa a respeito.

A tabella n. 2, que acompanhou a lei n. 247, de 15 de dezembro de 1894, marcando os vencimentos do exercito e da armada, diz que as praças presas, não fazendo serviço, perderão as gratificações e as sentenciadas só receberão metade do soldo.

Em virtude de-sa disposição, é evidente que o soldo das praças só poderá ser reduzido à metade, depois da sentença em ultima instancia.

Como, porém, por lei posterior (n. 449, de 11 de outubro de 1897) se mandasse contar no cumprimento da pena o tempo de prisão preventiva, e sendo a redução de vencimentos um accessorio à accção penal, pensa o tribunal que estas disposições se conciliam perfeitamente abonando-se meio soldo às praças sentenciadas somente da data da sentença em ultima instancia, fazendo-se-lhes carga para o desconto, na forma da lei, da importancia correspondente à outra metade do soldo que recebera durante a prisão preventiva.

Este modo de proceder está de accordo com o que se pratica com os officiaes de patente, presos para responder a processo no fóro militar ou civil, que só ficam reduzidos a meio soldo, depois de sentenciados em ultima instancia, segundo dispõe o decreto n. 196 A, de 1 de novembro de 1890, mandado continuar em vigor pela citada lei n. 247, de 15 de dezembro de 1894, na parte não alterada por ella.

Em vista do exposto, é o Supremo Tribunal Militar de parecer que as praças de pret, submettidas a processo no fóro militar ou civil, só devem soffrer a redução de meio soldo depois de sentenciadas em ultima instancia, indemnizando, porém, a Fazenda Nacional, na forma da lei, da importancia correspondente à outra metade do soldo que recebera durante a prisão preventiva, computada no cumprimento da sentença.

Pensa tambem o tribunal que, por identidade de razões, se deverá descontar dos officiaes de patente, sentenciados ha dois annos ou menos, o meio soldo que se lhes abonou durante o tempo de prisão preventiva, computado no cumprimento da sentença.

Vós, porém, Sr. Presidente, mandareis o melhor.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1900.—*E. Barbosa.—R. Galvão.—Tude Neiva.—C. Niemeyer.—J. Thomaz Cantuaria.*

Foram votos os Srs. ministros Miranda Reis, Netto e Moura.

RESOLUÇÃO

Como parece—Rio, 11 de Maio de 1900.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

João Thomaz Cantuaria.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Directoria Geral da Industria

Por portarias de 21 do corrente mez:

Foi demittido o cidadão Henrique de Faria do cargo de 1º official dos Correios do Rio Grande do Sul, por abandono de emprego.

Foi exonerado, a seu pedido, o cidadão João Nunes de Mello, do cargo de thesoureiro dos Correios do Ceará, sendo nomeado para esse logar o cidadão Aldovrando Pinto de Albuquerque, percebendo os vencimentos da lei.

Foram concedidas as seguintes licença para tratamento de saúde, com os vencimentos da lei:

De tres mezes, ao contador dos Correios do Maranhão Raymundo Joaquim Vieira da Silva;

De 90 dias, ao inspector de 2ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos Aurelio Maciel Aranha;

De igual tempo, ao telegraphista de 4ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos Alfredo Rodrigues Vaz.

Requerimentos despachados

Felipe Gonçalves Dias, agente do Correio de Condé do Bomfim, pedindo augmento de gratificação.—Indeferido.

Amazon Steam Navigation Company, limited, pedindo o pagamento da subvenção das viagens na linha do rio Araguay, nos mezes de julho e outubro de 1899.—Apresente os competentes attestados do fiscal.

Companhia Luz Auer B brasileira, pedindo duas certidões.—Deferido.

Companhia Commercial de Seguros Maritimos e Terrestres.—Compareça nesta directoria geral.

Directoria Geral de Obras e Viação

Expediente de 19 de maio de 1900.

Declarou-se ao engenheiro fiscal da Estrada de Ferro de Baturité, para os effeitos necessarios, que fica approved o orçamento apresentado pelo arrendatario dessa estrada, a vigorar no exercicio contractual de 1 do corrente a 30 de abril de 1901, na importancia total de 1.274:106\$700.

—Autorizou-se:

A Estrada de Ferro Central do Brazil a reparar oito aparelhos telegraphicos da Estrada de Ferro do Rio do Ouro, correndo a despeza por conta desta.—Deu-se conhecimento á directoria da Estrada de Ferro do Rio do Ouro dessa providencia;

O director da Estrada de Ferro Central do Brazil a encomendar o material que requisitou por officio n. 391, de 19 de abril proximo passado, constante da relação que acompanhou o mesmo officio, correndo a despeza respectiva na importancia de 4 890.000. por conta da consignação de 500.000\$ sob o titulo—Obras novas— (conta de capital) melhoramentos nas officinas e depositos — 4ª divisão — do orçamento em vigor;

A directoria da Estrada de Ferro Rio do Ouro a impor ao contractante de fornecimento de dormentes Fernando Olesio P. Ferreira a pena constante da clausula 11ª do respectivo contracto.

O engenheiro chefe da commissão de melhoramentos do porto da Parahyba a entregar ao engenheiro fiscal do trecho da Estrada de Ferro de Mulungú a Alagoa, no Estado da Parahyba, contractado com a Conde d'Eu Railway Company, limited, todos os documentos relativos ao mesmo trecho e que se acham sob sua guarda.—Communicou-se ao engenheiro fiscal do trecho da Estrada de Ferro de Mulungú a Alagoa Grande.

—Declarou-se ao engenheiro fiscal da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana ter sido permittido a Compagnie Auxiliaire de chemins de fer au Brésil arrendataria da estrada, a recolher ao London and Brazilian Bank nesta Capital a quantia de 661:100\$ para completar a de 2.990:000\$, total maximo que goza da garantia de juros estabelecida pelo decreto n. 3.184, de 31 de dezembro de 1898, clausulas XIX e XX do contracto de 4 de fevereiro de 1899.

DIRECTORIA GERAL DOS CORREIOS

Requerimento despachado

Raul Jarbas de Araujo, carteiro supplente dos Correios do Districto Federal, pedindo 30 dias de licença, em prorrogação, para tratar de sua saúde.—Concedo.

SECÇÃO JUDICIARIA

Côrte de Appellação

SESSÃO DA CAMARA CIVIL EM 21 DE MAIO DE 1900

Presidencia interina do Sr. desembargador Fernandes Pinheiro—Secretario, o Sr. Dr. Evaristo Gonzaga

Compareceram os Srs. desembargadores Guilherme Cintra, Souza Pitanga, Salvador Moniz, Lima Drummond e Espinola, sendo este ultimo, juiz da Camara Criminal, em substituição de juizes impedidos.

JULGAMENTOS

Aggravos de petição

N. 998 — Relator, o Sr. desembargador Souza Pitanga; agravante, Bernardino de Souza; aggravados, Corrêa, Irmão & Comp.—Negaram provimento ao agravo.

N. 1.023 — Relator, o Sr. desembargador Guilherme Cintra; agravante, Miguel Porto Braga; aggravados, os credores da massa de Mattos, Carvalho & Porto.—Não conheceram do agravo por não ser caso desse recurso.

Appellações civeis

N. 1.958 — Relator, o Sr. desembargador Fernandes Pinheiro; appellantes, Dr. João Gomes Vieira Dantas e sua mulher, appellado, o Banco da Republica do Brazil.—Negaram provimento á appellação. Interveiu no julgamento o Sr. desembargador Espinola por ser impedido o Sr. desembargador Lima Drummond.

N. 1.801 — Relator, o Sr. desembargador Pitanga; appellante, Alfredo Augusto Vidal; appellada, D. Cecilia Emilia da Silveira.—Negaram provimento á appellação.

N. 2.031 — Relator, o Sr. desembargador Guilherme Cintra; 1º appellante, o Dr. curador geral dos ausentes; 2º appellante, Dr. procurador seccional, representante do espolio da finada D. Joanna Ferreira de Paiva; appellado, o Dr. Alvaro de Lacerda.—Negaram provimento á appellação, contra os votos dos Srs. desembargadores Salvador Moniz e Espinola, tomando este parte no julgamento por ser impedido o Sr. desembargador Lima Drummond.

N. 1.961 — Relator, o Sr. desembargador Fernandes Pinheiro; appellante, José Teixeira Novaes; appellado, Antonio Dias Cardia.—Negaram provimento á appellação.

N. 2.030 — Relator, o Sr. desembargador Pitanga; appellantes, Nuriaberry Presser & Comp.; appellado, o Dr. Francisco Domingues Machado Junior.—Negaram provimento á appellação. Interveiu no julgamento o Sr. desembargador Espinola por ser impedido o Sr. desembargador Lima Drummond.

Appellações commerciaes

N. 1.857 — Relator, o Sr. desembargador Salvador Moniz; appellante, Estevão Egydio de Carvalho Estrella, socio liquidante da firma Estevão Estrella & Comp.; appellados, Gustavo Saboia & Comp.—Negaram provimento á appellação. Interveiu no julgamento o Sr. desembargador Espinola por ser impedido o Sr. desembargador Pitanga.

N. 2.055 — Relator, o Sr. desembargador Fernandes Pinheiro; appellantes Carvalho Costa & Comp.; appellado, coronel João Affonso Vasques.—Julgaram por sentença a desistencia.

DISTRIBUIÇÕES

Aggravos de petição

N. 1.025 — Aggravante, Antonio José da Silva Junior; aggravados, Maria José da Costa Barros de Lyra e Oliveira e outros.—Ao Sr. desembargador Salvador Moniz.

N. 1.027 — Aggravante, Manoel Nogueira, tutor do impubere Cyrillo; aggravado Sr. José Pereira dos Santos.—Ao Sr. desembargador Fernandes Pinheiro.

N. 1.029 — Aggravante Dr. Luiz Pedro Drago; aggravado Benedicto da Silva Carmo.—Ao Sr. desembargador Lima Drummond.

Carta testemunhavel

N. 102 — Aggravante, D. Maria Joanna Baptista Valois; aggravado, o juizo.—Ao Sr. desembargador Guilherme Cintra.

PASSAGENS

Appellações civeis

Ns. 1.942 e 2.036.—Ao Sr. desembargador Fernandes Pinheiro.

Ns. 1.847, 1.879, 1.900 e 2.114.—Ao Sr. desembargador Guilherme Cintra.

Ns. 1.967 e 2.035.—Ao Sr. desembargador Souza Pitanga.

Appellações commerciaes

N. 1.923.—Ao Sr. desembargador Fernandes Pinheiro.

Ns. 1.981 e 2.010.—Ao Sr. desembargador Souza Pitanga.

Ns. 2.053 e 2.058.—Ao Sr. desembargador Lima Drummond.

CAUSAS COM DIA

Appellações civeis

Ns. 105, 1.979, 2.092 e 1.488.

RENDAS PUBLICAS

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Renda do dia 1 a 19 de maio de 1900..... 2.884:650\$957

Idem do dia 21 :

Em papel... 293:730\$927
Em ouro.... 42:684\$408

336:415\$335

3.221:065\$392

Em igual periodo de 1899... 3.811:959\$630

RECEBEDORIA

Rendimento do dia 1 a 19 de maio de 1900..... 1.680:618\$566
Idem do dia 21..... 114:465\$162

1.804:083\$728

Em igual periodo de 1899... 1.999:201\$459

RECEBEDORIA DO ESTADO DE MINAS GERAES NA CAPITAL FEDERAL

Arrecadação do dia 21 de maio de 1900..... 16:847\$490
Idem do dia 1 a 21..... 228:921\$135

Em igual periodo de 1899... 302:057\$648

NOTICIÁRIO

Tribunal de Contas — Ordens de pagamento sobre as quaes proferiu despacho de registro, em 21 do corrente, o Sr. presidente deste Tribunal:

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas :

Aviso n. 1013, de 16 deste mez, pagamento de 16:381\$091, folhas do mez de abril ultimo do pessoal empregado na Estrada de Ferro do Rio do Ouro.

— Ministerio da Justiça e Negocios Interiores :

Avisos :

N. 904, de 20 de abril ultimo, adiantamento de 12:623\$198 ao almoxarife do Lazareto da Ilha Grande, para despesas com o pessoal fixo do mesmo lazareto no 1º trimestre do corrente anno :

N. 971, de 1 do corrente, pagamento de 183\$333 ao bacharel Pelino Joaquim da Costa Guedes, de gratificação por ter substi-

tuido, durante o mez findo, o director da directoria do Interior .

N. 1.052, de 11, pagamento de 5:858\$333, de alugueis relativos ao mez de abril findo, dos predios occupados pelas estações e postos policiaes :

N. 1.055, de 12, pagamento de 600\$ ao deputado Dr. Antonio Alves Pereira de Lyra, de ajuda de custo de vinda e volta que lhe compete na 1ª sessão da 4ª legislatura do Congresso Nacional ;

N. 1.064, de 14, pagamento de 250\$ ao senador Feliciano Augusto de Oliveira Penna, ajuda de custo de vinda e volta idem ;

N. 1.056, de 12, pagamento de 65\$ a Jeronymo Alves Monteiro, de trabalhos feitos em abril ultimo para a Secretaria de Estado do Ministerio ;

N. 1.059, de 12, idem de 18\$ à Casa de Correção, de fornecimentos e trabalhos feitos para a Directoria de Justiça ;

N. 1.065, de 14, idem de 140\$ a Manoel Pereira Jorge, de um jantar fornecido ao Tribunal do Jury em 28 do mez findo ;

N. 1.017, de 16, idem de 365\$ a Leuzinger & Comp., de fornecimentos feitos ao ministerio naquelle mez ;

N. 1.020, de 16, idem de 72\$ aos mesmos, de fornecimentos ao Jardim Botânico, em março proximo passado ;

N. 1.037, de 17, idem de 300\$800 aos mesmos, de fornecimentos ao ministerio em abril proximo findo ;

N. 1.038, de 17, idem de 281\$200 ao mesmo, idem idem ;

N. 1.058, de 12, idem de 324\$520 ao porteiro da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de despesas de prompto pagamento por elle feitas em abril proximo findo.

— Ministerio da Guerra— Avisos:

N. 260, de 11 do corrente, pagamento de 1:421\$, de fornecimento de serragem à Fortaleza de Santa Cruz para o fabrico de gaz :

N. 279, de 16, pagamento de 30:894\$798 a diversos, de fornecimentos a diferentes estabelecimentos do ministerio.

Ministerio da Marinha—Repartição da Carta Maritima—Directoria de Meteorologia—Resumo meteorologico da Estação Central no morro de Santo Antonio—Dia 20 de maio de 1900 (domingo):

HORAS	BAROMETRO A 0°	TEMPERATURA DO AR	TENSÃO DO VAPOR	HUMIDADE RELATIVA	DIRECÇÃO DO VENTO	ESTADO DA ATMOSPHERA	ESPECIE DE NUVENS	QUANTIDADE DE NUVENS
	m/m	°	m/m	%				
1/2 n.....	—	—	—	—	—	—	—	—
3 a.....	—	—	—	—	—	—	—	—
6 a.....	—	—	—	—	—	—	—	—
9 a.....	757.08	20.5	16.39	91.8	NW	Incerto	..	10
1/2 d.....	756.03	21.7	16.69	86.6	W	Idem	..	10
3 p.....	754.54	21.0	16.78	91.0	W	—	—	—
6 p.....	—	—	—	—	—	—	—	—
9 p.....	755.46	20.3	17.17	92.0	NNW	Bom	..	8

Temperatura maxima exposta.....	22.8
> > a sombra.....	21.5
> minima.....	19.3
Evaporação em 24 horas à sombra.....	1m/m,7
Chuva em 24 horas.....	1m/m,40
Duração do brilho solar.....	0h.00

Observações

Das 6 h. 35 m. a. ás 8 h. 15 m. a. e de 0 h. 15 m. p. a 0 h. 50 m. p. cahiu chuva e ás 9 h. a. houve nevoeiro alto.

DIA 19 DE MAIO DE 1900

Observações a 0 h m. Greenwich feitas pelos capitães dos portos (9h.07 m. t. m. da Capital)

PUNTOS DE OBSERVAÇÃO	ESTADO DO CÉU	ESTADO ATMOSFERICO	METEÓROS	DIRECÇÃO DO VENTO	FORÇA	ESTADO DO MAR	ESTADO ATMOS- PHERICO NA VESPERA
Belém.....	—	—	—	—	—	—	—
S. Luiz.....	Encoberto	Sombrio	—	NE	Bafagem	Peq. vagas	Bom
Parnahyba.....	—	—	—	—	—	—	—
Fortaloza.....	Quasi limpo	Muito claro	—	SE	Fresco	Peq. vagas	Claro
Natal.....	Meio encob.	Bom	—	SSE	Fraco	Chão	Bom
Parahyba.....	Limpo	Claro	Nevoeiro alto	E	—	—	Claro
Recife.....	Quasi limpo	Bom	Nevoeiro tenue	SE	Fresco	Peq. vagas	Bom
Maceió.....	Quasi limpo	Bom	—	E	Fraco	—	Bom
Aracajú.....	Meio encoberto	Variavel	—	SE	Regular	Chão	Variavel
Bahia.....	Quasi encob.	Incerto	Chuva	E	Aragem	Espolhado	Incerto
Victoria.....	—	—	—	—	—	—	—
Santos.....	Encoberto	Tempestuoso	Chuva	ENE	Fraco	—	Variavel
Paranaguá.....	Encoberto	Mão	Chuva	S	Muito fraco	—	Mão
Florianopolis.....	Meio encoberto	Incerto	—	—	Calma	—	Mão
Rio Grande.....	Quasi encob.	—	—	E	Aragem	Chão	—

Occurencias

Em Santos desde o pôr do sol do dia 19 notaram-se relampagos seguidos de SE e de SW, tendo cahido chuva torrencial. No dia 20 pela manhã notaram-se relampagos e trovões tocados de vento fresco de ENE.

Observatório do Rio de Janeiro — Boletim meteorológico — Dia 19 de maio de 1900

HORAS	Barometro a 0°	Temperatura centigrada	Tensão de vapor	Humidade relativa	VENTO		CÉU		Chuva pelos registradores	Phenomenos diversos	Observador
					Força	Direcção	Fracção	Nuvens			
1 h. m....	759.9	20.0	14.1	81	1.5	N	0.6	CK.	0.0		
4 h. m....	758.7	18.1	14.2	92	0.0	—	0.9	CK.			
7 h. m....	759.0	19.0	13.7	84	0.0	—	0.6	CK.			
10 h. m....	759.5	20.9	13.7	80	2.2	N	0.7	C. CK.			
1 h. t....	757.2	21.2	15.9	86	5.5	SE	0.6	C. CK.			
4 h. t....	755.9	21.9	14.1	73	8.3	SE	0.8	C. CK.			
7 h. t....	756.0	21.4	15.0	79	2.2	SE	0.5	CK.			
10 h. n....	755.6	20.4	15.5	87	1.0	NW	0.2	CK.		Fraco	
Médios.....	757.72	20.36	14.52	82.7	2.6	—	0.6	—	—	—	

Extremos da temperatura: maximo 4 hs. tarde, 22.7; minimo 7 hs. da manhã, 17.8.

Evaporação em 24 horas, 1.6.

Horas de insolação (heliographo) 8 hs. 0 m. 0 s.

Observatório do Rio de Janeiro — Boletim meteorológico — Dia 20 do maio de 1900.

HORAS	Barometro a 0°	Temperatura centigrada	Tensão do vapor	Humidade relativa	VENTOS		CÉU		Chuva pelos registradores	Phenomenos diversos	Observador
					Força	Direcção	Fracção	Nuvens			
1 h. m....	755.4	20.2	15.1	86	2.8	WSW	0.9	CK. KN			
4 h. m....	755.2	19.8	15.4	90	2.0	NW	1.0	CK. KN			
7 h. m....	756.5	20.3	15.4	87	1.0	NW	1.0	CK. KN			
10 h. m....	756.4	20.8	16.2	89	5.5	N	1.0	KN	1.65		
1 h. t....	755.9	21.0	16.6	90	0.0	—	1.0	KN	6.20		
4 h. t....	753.6	21.2	15.3	82	7.8	NW	1.0	KN			
7 h. t....	754.6	20.8	14.8	81	3.3	NW	0.4	C. CK.			
10 h. n....	756.1	20.4	15.5	87	1.8	NW	0.6	C. CK.			
Médios....	755.46	20.56	15.54	86.5	3.0	—	0.9	—	—	—	

Extremos da temperatura: Maximo 4 h. tarde, 22.4; minimo 7 h. manhã, 19.2

Evaporação em 24 horas 1.3.

Chuva cahida: 7 horas da manhã 0^m/m.00; 7 horas da noite, 6^m/m.44; total em 24 horas 6.44.

Horas de insolação (heliographo) 0 h. 0.

Correio — Esta repartição expedirá malas hoje pelos seguintes paquetes:

Pelo *Pernambuco*, para Vitoria e mais portos do norte até Manaus, recebendo impressos ás 6 horas da manhã, cartas para o interior até ás 6 1/2, idem com porte duplo até ás 7 e objectos para registrar até ás 6 hora da tarde.

Pelo *União*, para Ceará e Mossoró, recebendo impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 10 1/2, idem com porte duplo até ás 11 e objectos para registrar até ás 9.

Pelo *Les Andes*, para Santos, Rio da Prata, Matto Grosso e Paraguay, recebendo impressos até ás 7 horas da manhã, cartas para o interior até ás 7 1/2, idem com porte duplo para o exterior até ás 8 e objectos para registrar até 6 da tarde.

Pelo *Regussa*, para Bahia, Barbadas e Nova York, recebendo impressos até ás 9 horas da manhã, cartas para o interior até ás 9 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 10.

Pelo *Pernambuco*, para Vitoria e mais portos do Norte até Manaus, recebendo impressos até ás 6 horas da manhã, cartas para o interior até ás 6 1/2, ditas com porte duplo até ás 7.

Pelo *Les Andes*, para Santos, Rio da Prata, Matto Grosso e Paraguay, recebendo impressos até ás 7 horas da manhã, cartas para

o interior até ás 7 1/2, ditas com porte duplo e para o exterior até ás 8.

Pelo *Magellan*, para Bahia, Pernambuco e Liverpool, recebendo impressos até 1 hora, objectos para registrar até ás 12, cartas para o interior até 1 1/2, idem com o porte duplo e para o exterior até ás 2.

Pelo *União*, para Ceará e Mossoró, recebendo impressos até ás 10 horas, objectos para registrar até ás 9, cartas para o interior até ás 10 1/2 e ditas com o porte duplo até ás 11.

Pelo *Esperança*, para Aracaju, recebendo impressos até ás 7 horas, cartas para o interior até ás 7 1/2 e ditas com o porte duplo até ás 8.

Pelo *Homer*, para os portos do Pacifico, recebendo impressos até ás 7 horas da manhã e cartas para o exterior até ás 8.

Pela barca *Olivia*, para Port Elizabeth, recebendo impressos até a 1 hora da tarde, objectos para registrar até ao meio-dia e cartas para o exterior até ás 2 da tarde.

Pelo *Bellanock* para Santos, recebendo impressos até ás 6 horas da manhã, cartas para o interior até ás 6 1/2 da tarde, idem com porte duplo até ás 7.

—Amahã :

Pelo *Bresil*, para Dakar, Lisboa e Bordéos, recebendo impressos até ás 11 horas da

manhã, objectos para registrar até ás 10 cartas para o exterior até ao meio-dia.

—Afim de prestar esclarecimentos, convidase a comparecer na 5^a secção desta repartição o remittente de uma carta para o St. A. Stopar, no Estado de S. Paulo.

Santa Casa da Misericordia—O movimento do Hospital da Santa Casa da Misericordia, dos hospícios de Nossa Senhora da Saude, de S. João Baptista, de Nossa Senhora do Socorro e de Nossa Senhora das Dores em Cascadura foi no dia 19 do corrente o seguinte :

	NACIONAES	ESTRANGEIROS	TOTAL
Existiam.....	798	858	1.656
Entraram.....	29	26	55
Sabiram.....	15	19	34
Falleceram.....	10	2	12
Existem.....	802	863	1.665

O movimento da sala do banco e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 544 consultantes para os quaes se aviaram 633 receitas.

Houve uma extracção de dentes e 14 obturações.

Obituario— Sepultaram-se no dia 18 do corrente 35 pessoas, fallecidas de:

Accesso pernicioso.....	1
Beriberi.....	1
Outras causas.....	33
—	35
Nacionais.....	26
Estrangeiros.....	9
—	35
Do sexo masculino.....	21
Do sexo feminino.....	14
—	35
Maiores de 12 annos.....	25
Menores de 12 annos.....	10
—	35
Indigentes.....	10
no dia 19:	
Febres diversas.....	4
Outras causas.....	33
—	37
Nacionais.....	29
Estrangeiros.....	8
—	37
Do sexo masculino.....	25
Do sexo feminino.....	12
—	37
Maiores de 12 annos.....	23
Menores de 12 annos.....	14
—	37
Indigentes.....	9

MARCAS REGISTRADAS

N. 2.884

Macedo & Carvalho, estabelecidos com fabrica de cigarros na estação da Penha (Freguezia de Irajá), apresenta á meritissima Junta Commercial a marca retro collada, para distinguir os cigarros da fabrica dos supplicantes, a qual consiste em um rotulo rectangular, em fórma de carteirinha, dividida em quatro partes rectangulares, sendo duas maiores e duas menores a primeira maior contém um quadro com bordaduras, tendo no centro o retrato do Presidente da Republica do Transvaal, que é atravessado interiormente por uma faixa em fórma de—Z com as inscripções—*Especiaes cigarros Kruger—Fumo suave*—A segunda maior contém um ornato sobreposto a uma circumferencia com a designação do brimle que os fabricantes distribuem aos consumidores desses cigarros. A primeira menor contém a inscripção—*Fumo havano fraco—Papel de arros*—e a segunda menor, a designação do deposito da fabrica—*Rua da Uruguayana n. 96.*

A referida marca poderá variar em cores e dimensões, afim de melhor garantir aos supplicantes o direito de propriedade e commercio.

Achava-se collada uma estampilha de 300 réis e inutilizada com os seguintes dizeres: Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1900.—*Macedo & Carvalho.*

Apresentada na Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, ás 11 horas da manhã de 2 de janeiro de 1900.—O secretario, *Cesar de Oliveira.*

Registrada sob n. 2.884, por despacho da Junta Commercial em sessão de hoje. Pagou no primeiro exemplar 6\$600 de sello por estampilhas.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1900.—O secretario, *Cesar de Oliveira.*

Achava-se ao lado o carimbo da Junta Commercial.

EDITAES E AVISOS

Côrte de Appellação

Faço publico que os julgamentos das appellações civeis, n. 105. appellante, Luiz Bernardino Bittencourt Freire, accionario de Antonio Domingues dos Santos Silva; appellada, a Intendencia Municipal; n. 1.468, appellante, Paul Rabut, representado hoje por seus herdeiros; appellado, o Dr. Luiz Gonzaga de Souza Bastos, inventariante dos bens de D. Maria Angelica Maxwell; n. 1.979, appellante, Antonio Ferreira Monteiro e Silva; appellada, D. Marianna da Silva Mamede; n. 2.092, appellante, o conselho do Tribunal Civil e Criminal; appellados, o Dr. Francisco Salles Cardoso e sua mulher, terão logar no dia 24 do corrente, na sessão da Camara Civil ou nas seguintes.

Secretaria da Côrte de Appellação, 21 de maio de 1900.—O secretario, *Evaristo da Veiga Gonzaga.*

Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro

Serão chamados hoje, 22 do corrente, ás 11 horas da manhã, os seguintes senhores:

EXAME ORAL

1ª serie medica

- Manoel Gouvêa de Barros.
- Francisco Borges Ramos.
- Manoel Baptista de Oliveira.
- Demetrio Gonçalves Roma Santa Junior.
- José Augusto de Rezende.
- Tancredo Lopes.

Turma suplementar

- Luiz Soares do Gouvêa Junior.
- Pedro Affonso de Carvalho.
- Alvaro Augusto de Souza Reis.
- José Alves Valença.
- Augusto Mendes Nogueira.
- Manoel Valdomiro Rodrigues dos Santos.

Junta Commercial

SESSÃO EM 19 DE ABRIL DE 1900

Presidente, Souza Ribeiro—Secretario, Cesar de Oliveira

Presentes o presidente Souza Ribeiro, os deputados Torres, Guimarães, coronel Goulart, Cabral, Iguassú e Borges e o secretario Cesar de Oliveira, abriu-se a sessão.

Foi lida e approvada a acta da sessão antecedente.

Expediente:

Officio de 17 do corrente do juiz da Camara Commercial Dr. Celso Guimarães, communicando a abertura da fallencia da firma Sandim, Ferreira & Comp., estabelecida á rua Farani n. 5.—Mandou-se proceder nos termos do art. 13 do decreto n.917, de 24 de outubro de 1890.

Requerimentos:

De Domingos Antonio Gonçalves, socio solidario da firma Gonçalves, Castro & Comp., para ser admittido á matricula de commerciante.—Deferido.

Do tenente-coronel Angelo de Bittencourt, para ser nomeado avaliador commercial de predios urbanos e predios rusticos, terras e bemeifitorias de lavoura.—Deferido.

De Antonio Mario Alberto de Araujo, para o registro da marca do seu balsamo maravilhosos do Carmo.—Deferido.

De Borel & Comp., successores de Meuron & Comp., para o registro da marca dos seus cigarros Santa Cruz.—Deferido.

De Constantino de Almeida, estabelecido em Villa Nova de Gaya (Portugal), para o registro da marca do seu viuho «S. Gabriel».—Não tem logar, nos termos do art. 8º, n.º 6, do decreto n. 3.346, de 14 de outubro de 1887, por ser a marca do supplicante na sua denominação caracteristica São Gabriel, identica á de Gabriel Carregal, apresentada em 2 de outubro de 1890 e registrada em 8 de janeiro ultimo, para productos da mesma especie.

Da *Aktiengesellschaft Paulanerbräu (zun Salvatorheller)*, estabelecida em Munich (Baviera), para anotar-se no registro respectivo a transferencia da marca de cervexia «Salvator» feita á supplicante pela sociedade antecessora *Gabr. Schmederer Aktienbrauerei*.—Deferido.

De Mendes & Santos, para o deposito das marcas dos seus preparados de fumos registrados na Junta Commercial do Estado do Rio de Janeiro.—Deferido.

De Miranda & Santos, para o deposito da marca de seus productos pharmaceuticos, registrada na Junta Commercial de S. Salvador.—Deferido.

Da Companhia de Seguros Vera Cruz, para serem archivados os estatutos e mais actos de sua constituição.—Deferido.

De Oliveira, Gomes & Comp.; Ferreira Serpa & Comp.; Ponte, Bazilio & Comp.; Machado & Santos; Campos, Costa & Souza e Miranda & Gonçalves, para o archivamento dos seus contractos sociaes.—Deferidos.

De Alberto de Almeida & Comp.; Gaspar Ribeiro & Comp., e Cruz, Irmão & Comp., para o archivamento das alterações dos seus contractos sociaes.—Deferidos.

De Ferreira Serpa & Comp.; M. Sabrosa & Comp.; Garcia, Moutinho & Albuquerque o Oliveira, Pinto & Comp., para o archivamento dos seus distractos sociaes.—Deferidos.

De A. R. de Figueiredo Junior; A. C. Mourão; Augusto Leal; Eugenio Rodrigues Barcellos; João Garcia de Almeida; M. F. da Silva; Manoel Thomé dos Santos Lamas; Oliveira Leite; Pinheiro & Comp.; A. Lameirão & Comp.; J. Martins & Almeida; Dias & Costa; Abrou & Braga; Domingos Costa & Souza; Ferreira & Oliveira; Guimarães, Campos & Ribeiro; Vieira, Mattos & Irmãos, e Ferreira Serpa & Comp., para o registro de suas firmas commerciaes.—Deferidos.

De Costa & Bastos, para identico registro.—Não tem logar por haver firma identica, inscripta no registro em 21 de maio de 1894.

De José Moreira da Fonseca e outros, ex-socios da firma Fonseca, Rocha & Comp., para cancellar-se o registro da dita firma, que se extinguiu por terem os supplicantes feito cessão de bens a seus credores.—Deferido, archivando-se o documento comprobativo da cessão de bens.

De A. Lameirão & Comp., para ser transtendido aos supplicantes o «Coplador» em branco da extinta firma antecessora e identica.—Deferido.

De V. Migliora & Comp., pedindo providencias afim de poderem provar o preço da venda dos bois importados do Rio da Prata nos mezes de julho a setembro de 1895.—Na falta de cotação official e não se tratando do uso desta praça, á vista da informação do presidente da Associação Commercial, não ha que deferir.

Mandou-se arradecar o convite da Associação do 4º Centenario do Descobrimto do Brazil e declarar que esta junta será representada no cortejo civico de 5 do mez proximo futuro.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 18 de maio de 1900.—Está conforme. O official maior, *Honorio de Campos.*

SESSÃO EM 23 DE ABRIL DE 1900

Presidente, Souza Ribeiro — Secretario, Cesar de Oliveira

Presentes o presidente Souza Ribeiro, os deputados Torres Guimarães, coronel Goulart, Cabral, Iguassú e Borges e o secretario Cesar de Oliveira, abriu-se a sessão.

Foi lida e aprovada a acta da sessão antecedente.

Expediente :

Officio de 10 do corrente, do juiz da Camara Commercial Dr. Julio Gabaglia, communicando terem sido rehabilitados os commerciantes Francisco Cardoso Rangel e João Cordeiro do Couto, socios solidarios da firma Cardoso Rangel & Comp. — Mandou-se fazer a competente annotação.

Officio de 20 do corrente, do secretario interino da Junta de Corretoras, remettendo o boletim das cotações dos principaes generos do mercado na ultima semana. — Mandou-se archivar.

Requerimentos :

Da Companhia Industrial Cimento e Ferro, para serem archivados os estatutos e mais actos de sua constituição. — Deferido.

De Borel & Comp., successores de Mauron & Comp., para o deposito da marca dos seus cigarros «Belem» registrada na Junta Commercial de S. Salvador. — Deferido.

De Almeida & Mendes; M. Oliveira & Comp.; Amaral, Guimarães & Comp.; Rodrigues & Nunes; Teixeira & Caldas; Almeida & Filho e Souza & Rocha, para o archívamento dos seus contractos sociaes. — Deferido.

De Duarte & Irmão; Cardoso & Pimentel; Almeida, Mendes & Comp.; Varejão & Gonçalves; Albino Cardoso Gomes & Comp. e José Custodio & Comp., para o archívamento dos seus distractos sociaes. — Deferidos.

De Joaquim Antunes de Figueiredo, para dar-se baixa no contracto social da firma Figueiredo & Ferreira, á vista dos documentos comprobativos da respectiva liquidação, por haver fallecido o seu socio Henrique Ferreira Junior. — Deferido.

De Antonio de Souza Coelho; Antonio Rodrigues de Araujo; Benjamin da Silva Ribeiro; José Augusto da Silva; M. J. da Silveira; Manoel Maia Esteves; Viuva Quirino & Comp.; Gomes & Ribeiro; Moura & Ferreira; Pedraes & Rial; Miranda & Gonçalves e Chames Miguel & Filho, para o registro das suas firmas commerciaes. — Deferidos.

De Domingos Joaquim da Silva & Comp., para identico registro. — Completem a declaração por não contar a data em que foi archívada a alteração do contracto social com referencia ao novo socio solidario.

Secretaria da Junta Commercial da Capital Federal, 18 de maio de 1900. — Esta conforme. O official maior, Honorio de Campos.

Freguezia de Sant'Anna

ALISTAMENTO ELEITORAL

Foram alistados eleitores os cidadãos abaixo:

Alberto Nunes de Freitas.
Antonio Avelino Pinto Guimarães.
Antonio Dias de Almeida Brazil.
Arnaldo Ibrahim Garcia.
Antonio dos Santos Vieira.
Antonio da Silva Souza.
Benedicto da Silva Santos.
Carlos de Almeida Pinto.
Carlos Hyppolito Perçum.
Candido José de Almeida Valle Junior.
Cellau Luiz da Silva.
Francisco Alfredo de Oliveira Pereira.
Francisco da Silva Cruz.
João Carvalho.
José Moreira da Silva Santos.
Manoel Anacleto da Silva.
Mario Alves da Conceição.
Manoel Corrêa de Mello.
Leopoldo da Camara Lima (capitão).
Luiz Cruz.

Foram eliminados, por terem sido transferidos para outras parochias, os seguintes cidadãos:

Anais Gomes de Azevedo.
Trancilino José Ribeiro.
Tertuliano Pereira dos Santos.
Bernardino Jeronymo de Souza.
Alfredo Luiz Ferreira Santos.
Francisco José Gomes da Silva (major).

Foram eliminados, por terem fallecido, os seguintes:

José Francisco de Carmo.
Francisco Gomes da Silva.
José Marcellino da Costa.
Arthur Pereira de Souza.
Honorio José dos Prazeres.
Jayme Farias Fernandes.
Mauricio Coelho da Rocha.
José Gonçalves de Freitas Borges.
Manoel José Alves Damasceno.
José Francisco de Azevedo.
Sergio José Alves de Oliveira.
Antonio Pinto de Souza.
Claudino Francisco da Rocha.
Durval Custodio de Oliveira.
José da Costa Theodoro.
Manoel Clemente de Araujo.
Antonio Pereira Leonardo.
Theophilo Corrêa.
Arthur Lobão.
Antonio Joaquim Carrilho.
Ismael Augusto Pinto.

Sala das commissões da revisão e alistamento eleitoral da parochia de Sant'Anna, 20 de maio de 1900. — Pedro José de Oliveira, presidente interino.

Freguezia do Engenho Velho

QUALIFICAÇÃO DE GUARDAS NACIONAES

Faço publico que o conselho de qualificação dos guardas nacionaes do serviço activo e da reserva da Parochia do Engenho Velho foi installado nesta data no predio n. 27, da rua Barão de Mesquita, para onde os interessados deverão remetter as suas reclamações.

Capital Federal, 20 de maio de 1900. — Major José Vicente de Oliveira, presidente do conselho.

Freguezia da Candelaria

QUALIFICAÇÃO DE GUARDAS NACIONAES

O tenente-coronel Ismael d'Ornellas Bettencourt, commandante do 4º batalhão de infantaria da guarda nacional desta Capital Federal e presidente do conselho de qualificação de guardas nacionaes da freguezia da Candelaria:

Faço saber que ficou hoje 20 do corrente, installado este conselho com a presença do meritissimo juiz Dr. Torquato Baptista de Figueiredo e dos officiaes capitães João de Mendonça Franco, Gervasio Coutinho Souto Maior e tenentes Placido Soares, Alfredo Leon do Brito, membros do mesmo conselho, e convidada os interessados na qualificação a allegarem os seus direitos até o dia 4 do proximo mez na forma da lei.

E para constar se lavrou o presente edital, que vai affixado no lugar competente e publicado pela imprensa.

Sala do conselho de qualificação, 20 de maio de 1900. — Tenente-coronel Ismael d'Ornellas Bettencourt, presidente.

Tribunal de Contas

Pelo presente edital é intimado o Dr. Lydio Mariano de Albuquerque, ex-curador de ausentes, para que, no prazo de 30 dias, allegue o que for a bem do seu direito sobre o alcance demonstrado no processo de suas contas relativas aos actos praticados na 1ª Pretoria; e constitua procurador na sede deste tribunal ou declare o seu domicilio para o fim de ser nelle notificado das decisões que

forem proferidas, sob pena de ser considerado revel; tudo de conformidade com os artigos ns. 196, 197 e 198 do regulamento que baixou com o decreto n. 2.409, de 23 de dezembro de 1896.

Terceira Sub-Directoria do Tribunal de Contas, 8 de maio de 1900. — José Maria da Silva Portilho, sub-director.

Pelo presente edital é intimado o Dr. Luiz Pereira Ferreira do Faro, ex-curador de ausentes, para que, no prazo de 30 dias, allegue o que for a bem do seu direito sobre o alcance demonstrado no processo de suas contas relativas aos actos praticados nas 1ª e 2ª Pretorias, e constitua procurador na sede deste tribunal ou declare o seu domicilio para o fim de ser nelle notificado das decisões que forem proferidas, sob pena de ser considerado revel; tudo de conformidade com os arts. 196, 197 e 198 do regulamento que baixou com o decreto n. 2.409, de 23 de dezembro de 1896.

Terceira Sub-Directoria do Tribunal de Contas, 8 de maio de 1900. — José Maria da Silva Portilho, sub-director.

Pelo presente edital é intimado o Dr. Genesio Telles Bandeira de Mello, ex-curador de ausentes, para que, no prazo de 30 dias, allegue o que for a bem do seu direito sobre o alcance demonstrado no processo de suas contas relativas aos actos praticados nas 1ª e 2ª Pretorias, e constitua procurador na sede deste tribunal ou declare o seu domicilio para o fim de ser nelle notificado das decisões que forem proferidas, sob pena de ser considerado revel; tudo de conformidade com os arts. 196, 197 e 198 do regulamento que baixou com o decreto n. 2.409, de 23 de dezembro de 1896.

Terceira Sub-Directoria do Tribunal de Contas, 8 de maio de 1900. — José Maria da Silva Portilho, sub-director.

Recebedoria da Capital Federal

Tendo sido exonerado do lugar de despachante desta Recebedoria o Sr. Joaquim de Almeida, por portaria de 27 de março ultimo, convidado as pessoas que contra elle tiverem qualquer reclamação a apresentala no prazo de tres mezes, a contar desta data, na forma do art. 3º do decreto n. 9.712, de 5 de fevereiro de 1887, sob pena de, findo este prazo, não serem attendidas.

Recebedoria da Capital Federal, 2 de abril de 1900. — Servindo de director, Ricardo P. da Costa.

Directoria das Rendas Publicas

ARRENDAMENTO DO PROPRIO NACIONAL DENOMINADO — PRAÇA DA GLORIA OU MERCADO DA GLORIA

Em virtude da autorização concedida pelo art. 23, n. 3, da lei n. 440, de 16 de dezembro de 1897, por esta directoria se declara que está aberta a concorrência publica para o arrendamento do proprio nacional de que trata o presente edital pelo prazo de nove annos e preço de 4.000\$ mensaes, com obrigação de fazer o contractante não só os reparos e obras de que carecer o referido proprio nacional, como a não poder utilizar-se de outro terreno que não seja o antigo terreno de marinhas onde se acha construido o edificio — Mercado da Gloria; devendo os Srs. pretendentes apresentar nesta directoria suas propostas em cartas fechadas, que serão abertas no dia 12 do mez proximo vindouro, na Secção dos Proprios Nacionaes, onde poderão conhecer das demais obrigações ou clausulas a que são sujeitos os contractos dessa natureza.

Directoria das Rendas Publicas, 12 de maio de 1900. — L. R. Cavalcanti de Albuquerque, director.

Caixa de Amortização

Por esta repartição se faz publico que tendo-se extraviado 15 apolices geraes, de juro antigo de 6%, hoje 5% papel, sendo: nove do valor de 1:0.0\$000 cada uma, sob ns. 72.511 a 72.514 da emissão de 1866, 121.133 da de 1866 e 218.987 a 218.990 da de 1870; e seis do valor de 500\$000 de ns. 1.179 da emissão de 1867, 3.520 da de 1868, 4.618 e 5.774 da de 1877, 9.181 e 9.378 da de 1879, vão ser expedidos novos titulos si, dentro de 15 dias, não houver reclamação em contrario.

Capital Federal, 11 de maio de 1900.—O inspector, *Sebastião M. Sarmiento*.

Intendencia Geral da Guerra

Tendo o Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolvido effectuar um concurso, que terá inicio seis mezes após a primeira publicação do presente edital na Europa e Estados Unidos da America do Norte, para a escolha de uma polvora dentre as vulgarmente denominadas *sem fumaça*, a fim de contractar a instalação da respectiva fabrica em seu territorio, si a isso aconselharem

os resultados do concurso, convida os Srs. fabricantes a tomarem parte no mesmo, subordinando-se ás clausulas abaixo :

Clausulas

I

Os concurrentes deverão remetter amostras das diferentes marcas de polvora que fabricam ou possam fabricar, comprehendendo as polvoras formadas pelas nitro-celluloses ou por estas e pela nitro-glycerina até 25%, as que encerrarem, além de nitro-cellulose, outros derivados nitrados organicos ou nitratos mineraes que se prestem ao emprego nas armas de guerra, especialmente as nas mencionadas no quadro abaixo que, além de outros dados, especifica as velocidades em que se baseam as suas tabellas de tiro e as graduações de suas alças, devendo as médias das pressões maximas na camara (tomadas com os aparelhos de esmagamento, systema Noble, fixos ou livres) ser as admittidas para o armamento mencionado e as amplitudes de suas variações se achar dentro dos limites acceptaveis para essas polvoras.

Armas	Calibre m/m, comprimento do cano em calibres	Peso do projectil em kilogs.	Peso da carga de polvora em kilogs.	Volume da camara decimetros cubicos	Médias das velocidades, metros por segundo	Marca da polvora — OBSERVAÇÕES
Fuzil Mauser	7	0,0112	0,00245		$V_{25} = 667$	Rottweil M 91/93 (sem fumo).
Canhão Krupp	75	4,3	0,800	0,880	$V_{25} = 425$	Negra Allemã. P. g. g. 6/10.
	c/24					
Canhão Krupp	75	5,85	0,625	1,500	$V_0 = 501$	Rottweil R.R.P. (3,5×3,5/2 (s/fumo)
	c/28	5,45	1,170	1,500	$V_0 = 435$	Negra Allemã. P. g. g. 6/10.
Canhão Krupp	T.R. 120	18,0	3,55	Estojo metal. 7,230	$V_0 = 630$	Rottweil R. R. P. C/93 (sem fumo).
	c/40	23,75	1,9	Estojo metal. 7,230	$V_0 = 500$	Rottweil W. P. C/89 (sem fumo).
Canhão Krupp	T.R. 150	45,5	6,4	Estojo metal. 13,700	$V_0 = 630$	Rottweil W.P.C/89 (10×10×5) (sem fumo).
	c/40	34,5	6,4	Estojo metal. 13,700	$V_0 = 700$	Rottweil W.P.C/89 (10×10×5) (sem fumo).
Canhão Krupp	240	215,0	104,0	108,700	$V_0 = 625$	P. P. C/85 (Prismatica chocolate).
	c/40					
Canhão Krupp	280	345,0	155,0	162,0	$V_0 = 625$	P. P. C/85 (Prismatica chocolate).
	c/40	255,0	155,0	162,0	$V_0 = 705$	P. P. C/85 (Prismatica chocolate).

T. R., tiro rapido, V_0, V_{25} , velocidade inicial, velocidade a 25m/m.

II

As amostras serão acompanhadas de dado, numericos caracteristicos de cada uma relativamente ás granulações, densidades gravimetricas e reaes, velocidades de inflamação e combustão ao ar livre, aos volumes de gazes e ao calor desprendido em vaso fechado, ás experiencias balisticas que forem ou já tiverem sido feitas, ás provas de resistencia aos agentes atmosfericos, ás datas de fabricaçào, de encaixotamento, e aos dados meteorologicos maximos e minimos que mediarem entre essas duas datas.

As polvoras que por sua granulação (fitas, cordas, etc.) requererem processos especiaes para a confecção do cartucho, deverão trazer instrucções e aparelhos, si os exigirem.

As que precisarem de *escorvas* de polvora negra para a sua ignição deverão trazer informações relativamente ao pezo da carga da *escorva* e a forma e collocação do respectivo saquinho.

As de fina granulação, que admittirem o peneirador para a verificação das dimensões dos respectivos grãos, deverão vir acompanhadas das telas de arame necessarias, tendo as malhas as dimensões correspondentes (o peneirador tendo 40^{mm} de diametro.)

As informações de que trata a presente clausula, tão completas, quanto possivel, serão feitas em duas vias, das quaes uma acompanhará a proposta e a outra será encerrada com a respectiva polvora no cunhete.

III

Os concurrentes mencionarão em suas propostas:

a) o preço da cessão do privilegio ao Governo do Brazil, ficando obrigados a comunicar e ceder, sem direito a remuneração, todos os melhoramentos que durante 5 annos realizarem na manufactura da polvora privilegiada, quer visando economia na produção, quer aperfeicoamento das qualidades balisticas e de conservação das mesmas;

b) o preço do fornecimento, no porto do Rio de Janeiro, dos aparelhos, instrumentos, smachinas, ferramentas, vasilhame e utensilios especiaes para uma produção normal de 500 kilogrammos diarios de polvora, em diferentes marcas, e extraordinaria ao dobro, para munición de guerra de artilharia e armas portateis, para a de manobra com destino especial ao fuzil Mauser, e para cargas de ruptura de projectis e torpedos; devendo o dito preço ser detalhado com relação ás officinas, laboratorios, depositos e mais dependencias que forem indispensaveis para manipulação da polvora, em curso normal de operações e provas, desde o preparo dos elementos simples, inclusive o fabrico dos acidos, dissolventes, reactivos e mais substancias quimicas que não convenha serem adquiridas no commercio, até a embalagem final das diferentes marcas;

c) o preço da instalação completa da fabrica, exclusive a construçào dos edificios e trabalhos hydraulicos;

d) o preço do fornecimento da materia prima e do pessoal estritamente necessario para o funcionamento da fabrica durante um anno;

e) as condições de pagamento e o prazo indispensavel para a instalação.

IV

As amostras de que trata a clausula I serão fornecidas á razão de 5 kilogrammos de cada marca de polvora de guerra e 2 kilogrammos de cada marca dos de manobra, para armas portateis e na de 200 kilogrammos de cada marca destinada ao canhão Krupp de 4,5 m/m c.^{to} 28 e de cada marca destinada ao canhão T.R. Krupp, calibre 150 m/m, c.^{to} 70 calibres; quanto ás demais marcas para os canhões mencionados no quadro da clausula I, bastará apenas 1 kilogrammo para os ensaios physicos e quimicos, comprometendo-se o fabricante na proposta a produzir as de forma a darem nos respectivos canhões resultados, guardadas as devidas proporções, correspondentes aos da polvora de fuzil e dos

canhões de 7.5 m/m e 150 m/m. (Este compromisso será regulado no ajuste definitivo de modo a salvaguardar os direitos das partes contractantes).

V

As amostras e propostas deverão achar-se no porto do Rio de Janeiro dentro do prazo marcado no começo deste edital.

Poderão ser remettidas directamente pelos concorrentes ou entregues por seus representantes nesta cidade ao Ministerio da Guerra.

O Governo poderá adiar por mais dois mezes o prazo acima referido, si isso lhe for solicitado em tempo por um ou mais concorrentes, que alleguem motivos justos, decorrentes das difficuldades de transporte marítimo e de demora para modificação que tenham de fazer em suas marcas de pólvora, afim de melhor se adaptarem ao armamento ou as condições climáticas do Brazil.

VI

Terminado o prazo a que se refere a clausula supra, serão abertas as propostas e a Direcção Geral de Artilharia iniciará com as amostras as provas e experiencias de accordo com um programma previamente organizado. Será permitido aos concorrentes por si ou seus representantes acompanhar as ditas provas e bem assim conhecer-se-hão certidões dos resultados das mesmas, caso o requeriam.

VII

Este concurso não implica a obrigação ao Governo de contractar com qualquer dos concorrentes a installação da fabrica e sim de pagar-lhes somente a importancia da pólvora fornecida para a experiencia pelo preço da fabricação corrente, que estipularão em suas propostas como um dos elementos de preferença e bem assim a do frete e expedição do porto de sahida ao do Rio de Janeiro.

VIII

O proponente preferido fornecerá plantas, desenhos, descrições de todo o estabelecimento e das posições das machinas, para a construcção dos edificios, canalizações hydraulicas e quaesquer outras obras de engenharia que no ajuste definitivo não ficarem a seu cargo.

IX

Além destas clausulas gerais serão estipuladas no ajuste definitivo as espezias relativas á effectividade de cessão do privilegio, fiança, condição de recebimento do material e materia prima, fiscalização, multas e quaesquer que forem julgadas necessarias para a garantia da perfeita execução do contracto.

1.ª secção da Intendencia Geral da Guerra, 3 de março de 1900. — Tenente-coronel *Monuel Ferreira Neves Junior*, chefe de secção.

Intendencia Geral da Guerra

ARTIGOS DE ESCRITORIO

A comissão de compras desta repartição receberá propostas no dia 23 do corrente, até as 11 horas da manhã, para o fornecimento dos artigos acima, durante o segundo semestre do corrente anno.

As pessoas que pretenderem contractar esses fornecimentos queiram procurar os respectivos impressos na 1.ª secção desta intendencia, onde deverão previamente apresentar suas habilitações, na forma do regulamento e ordens em vigor, e bem assim a caução de 1.000\$ na Contadoria Geral da Guerra.

Os proponentes deverão apresentar amostras dos artigos, os quaes serão do 1.ª qualidade.

Previne-se que as propostas devem ser em duplicata, escriptas com tinta preta, sem rasuras e assignadas pelos proprios proponentes, que deverão comparecer ou fazerem-se legalmente representar na occasião da sessão, devendo na referida proposta fazerem a declaração de se sujeitarem á multa de 5%, caso recusarem a assignar o respectivo contracto.

Primeira Secção da Intendencia Geral da Guerra em 18 de maio de 1900. — Pelo chefe de secção, tenente-coronel *João Luiz Bittencourt Costa*.

Escola Militar do Brazil

O conselho economico desta Escola contracta o fornecimento para o 2.º semestre do corrente anno dos generos e artigos abaixo declarados:

RANCHO E ENFERMARIA.

Por kilogramma

Aranha, arroz de Iguape, assucar refinado de 1.ª, 2.ª e 3.ª qualidades, bacalhau de caixa e de tupa, banha nacional marca Victoria (duas bandeiras), banha americana «Globo», batata inglesa, biscoutos nacionaes, bolachinas de agua e sal, café em grão, typo 7, carne de carneiro, dita de porco, dita de vacca, dita de vitella, dita secca do Rio Grande, dita secca do Rio da Prata, chá verde, chá preto, farinha, de trigo, goiabada de Campos, lombo de Minas, mauteiga Demagny, Bretel, Virgem e Rio Claro, marmellada do Rio Grande, Theresopolis e Lisboa, massas nacionaes e estrangeiras para sopa, matfe em folha e em pó, pão, paio, queijo de Minas, roscas de barão e de manteiga, sabão comum e virgem e toucinho de Minas.

Por litro

Azeite doce de Lisboa (em lata), dito de algodão, dito de peixe, ervilhas de Lisboa, farinha de Magé, dita de sagú, feijão preto, dito de cores, sal grosso, vinagre branco e tinto de Lisboa.

Em garrafa

Vinho virgem, vinho Figueira, vinho do porto das marcas Villar d'Allem, Adriano, D. Luiz e Rocha Leão.

Em unidade

Bananas, frangos, gullinhas, laranjas, linguas secas do Rio Grande, ovos, queijos de Reino, tijollos de arear, vassouras grandes de piassava e sapollos.

Em massas

Palitos pequenos, lixallos.

Em latas

Azeitonas (latas pequenas), linguica de Lisboa (lata de 2 libras) e kerozene (lata de 18 litros).

Em libra

Chocolate de diversas qualidades.

Em ração

Legumes, verduras e temperos.

Em copo de vidro

Geléas de diversas qualidades (nacionaes e estrangeiras).

Forragens

Por kilo

Alfafa de S. Paulo, Rio Grande e Rio da Prata, farello nacional e do Rio da Prata e milho miudo nacional.

Em unidade

Ferraduras para cavillos e muares (com e sem rompão)

Em milheiro

Gravos allemães e inglezes.

Lavagem de roupa

Por peça

Calças de chita, camisas de algodão e de linho, cobertores de lã, colchas adamascadas e de chita, fronhas, lençoes de cama e de banho, pannos de botica, toalhas de pratos, ditas do rosto, ditas de mesa (e m cinco metros de comprimento), aventaes, guardanapos e meias (pares).

Todos os generos e demais artigos deverão ser de primeira qualidade e entregues no estabelecimento por conta e risco dos respectivos fornecedores.

Os concorrentes ao fornecimento de carne de vacca apresentarão em suas propostas preço para a carne com osso e sem osso e declaração de que se obrigam a fornecer toda a carne pedida, dos quartos trazeiros da rez.

Os concorrentes que pretenderem fornecer o capim devem declarar nas respectivas propostas o preço mensal pelo qual arrematam o estreme.

Os contractantes da lavagem obrigar-se-hão a passar a ferro toda a roupa e bem assim a concertar e collocar os aviamentos que faltarem, fazendo menção destas condições em suas propostas.

Os licitantes cujos generos e mais artigos forem contractados ficarão obrigados a fornecer, pelos mesmos preços dos respectivos contractos aos corpos docente, administrativo e de officiaes alumnos, mediante pagamento immediato.

Não serão aceitas as propostas de concorrentes, cujos estabelecimentos distem desta escola mais de uma hora em bond.

As propostas devem ser assignadas pelos proprios proponentes ou por seus procuradores e serão recebidas pelo conselho, que se reunirá ás 11 horas da manhã de 5 de junho vindouro, quando se procederá á leitura e presença dos respectivos concorrentes.

Cada proponente preferido auctionará á quantia de cem mil réis até a assignatura do contracto, quando fará caução definitiva de 5% sobre o valor provavel dos generos e outros artigos a fornecer durante o semestre citado.

Escola Militar do Brazil na praia Vermelha, 21 de maio de 1900. — O escripturário, *Felippe Fred. Lohrs*.

Corpo de Bombeiros

FORNECIMENTO DE DIVERSOS ARTIGOS

De ordem do Sr. coronel commandante faço publico que, no dia 26 do corrente mez, ao meio-dia, serão recebidas e abertas, na contadaria deste corpo, propostas para o fornecimento, durante o segundo semestre do corrente anno, de diversos artigos para pintura, forragem, ferragens, ferramentas, madeiras e materias, couros e artigos para correição, fardamento, artigos para escriptorio, para luzes e para machinas, ferros, metaes, drogas para a pharmacia e a lavagem de roupa da enfermaria.

As amostras e impressos acham-se á disposição dos Srs. proponentes nesta secretaria, onde se informarão das condições do fornecimento, das 10 horas da manhã ás 2 da tarde.

As propostas deverão ser apresentadas em duplicata, em carta fechada, sem emendas nem rasuras, estampilhadas e assignadas pelo proponente ou acompanhadas da respectiva procuração devidamente legalizada. Nenhuma proposta será aceita sem que esteja nas condições acima, devendo os seus signatarios depositarem na contadaria do corpo a quantia de 100\$, que reverterá em favor dos cofres publicos si o proponente, no caso de ser aceito, deixar de assignar o devido contracto depois de notificado para esse fim.

Por occasião da assignatura, será depositada na mesa da contadaria, para garantia da execução dos respectivos contractos, a importancia equivalente a 10% do fornecimento provavel de um mez, não devendo, porém, essa caução ser inferior a 100\$000.

Secretaria do Corpo de Bombeiros, 19 de maio de 1900. — Alferes *Augusto José Ferreira Coelho*, secretario.

Estação de Ferro Central do Brazil

CONCURRENCIA PARA COMPRA DE RESIDUOS DE CARVÃO

De ordem da directoria, faço publico que, a 1 hora do dia 31 do corrente se receberão, nesta secretaria, propostas para a compra de todos os residuos do carvão retirado das locomotivas em S. Diego, até 31 de dezembro do corrente anno.

A concorrência versará sobre o preço por tonelada metrica.

O proponente preferido ficará sujeito a retirar diariamente, até as 8 horas da manhã, todos os resíduos existentes e a fazer, com pessoal seu e por sua conta, a despesa de separação, ensaio e pesagem.

Os proponentes deverão apresentar-se à hora acima indicada, com suas propostas fechadas, devidamente selladas, datadas, assignadas e com indicação das residências, a fim de serem abertas e lidas na presença dos interessados.

No acto da apresentação da proposta será exhibido, em separado, o recibo da caução de 300\$, previamente feita na thesouraria da estrada, para garantir a assignatura do contracto pelo proponente preferido e bem assim a execução do mesmo contracto.

Secretaria da Estrada de Ferro Central do Brazil, 19 de maio de 1900.— O secretario, *Manoel Fernandes Figueira*.

CONCURRENCIA PARA FORNECIMENTOS DIVERSOS

De ordem da directoria faço publico que, a 1 hora dos dias abaixo indicados, na intendencia desta estrada, na Gamboa, serão recebidas propostas para fornecimento de materias e objectos para o consumo, no 2º semestre do corrente anno, a saber:

Dia 28 de corrente — Objectos de escriptorio.

Dia 29 do corrente — Impressos, taloes, livros, etc.

Dia 30 do corrente — Materias diversas.

Dia 31 do corrente — Materias de construcção, utensilios e objectos diversos.

Dia 1 de junho — Ferro, ferramentas e outros metaes.

Dia 2 de junho — Limas, porcas, parafusos e pontas de Pariz.

Dia 4 de junho — Tintas, drogas e artigos semelhantes.

Os impressos para as respectivas propostas acham-se à disposição dos concorrentes, na mesma intendencia, e bem assim as condições para o recebimento das propostas e as bases para os contractos.

Os concorrentes deverão apresentar-se daquelle repartição nos dias e horas acima indicados, com as propostas fechadas, escriptas com tinta preta, devidamente selladas, datadas, assignadas, com indicação de suas residências e deverão exhibir no acto da entrega, em separado, o recibo da caução de 300\$, previamente feita na thesouraria desta estrada, para garantir a assignatura do contracto, bem como o conhecimento do imposto de industria e profissão.

As propostas serão abertas e lidas em presença dos apresentantes.

Secretaria da Estrada de Ferro Central do Brazil, 15 de maio de 1900.— O secretario, *Manoel Fernandes Figueira*.

CONCURRENCIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ABRIGO DE LOCOMOTIVAS NA ESTAÇÃO DE BELÉM.

De ordem da directoria, faço publico que, às 12 horas do dia 31 do corrente, se receberão propostas, nesta secretaria, para a construcção de um abrigo de locomotivas na estação de Belém, de accordo com o projecto que se acha à disposição dos interessados.

A concorrência versará sobre a idoneidade do proponente, prazo para a conclusão da obra e custo total.

Os proponentes devem comparecer nesta repartição, no dia e hora acima designados, com suas propostas devidamente selladas, datadas e assignadas, com a indicação da sua residencia, a fim de serem abertas e lidas na presença dos apresentantes.

No acto da apresentação da proposta será exhibido, em separado, o recibo da caução de 300\$, previamente feita na thesouraria da estrada, para garantir a assignatura do contracto pelo proponente preferido.

Secretaria da Estrada de Ferro Central do Brazil, 12 de maio de 1900.— O secretario, *Manoel Fernandes Figueira*.

Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande

SOCIEDADE ANONYMA

Convido os Srs. accionistas a reunirem-se em assemblea geral ordinaria no escriptorio central da companhia, à rua do Hospicio n. 26, 2º andar, no dia 31 do corrente, a 1 hora da tarde, para approvação de contas e eleição do conselho fiscal.

Ficam suspensas as transferencias de acções até a realização da assemblea.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1900.—Pela E. de F. S. Paulo-Rio Grande, *Roxo da Rodrigues*, director-presidente.

EDITAES

Tribunal Civil e Criminal

CAMARA CRIMINAL

De citação com o prazo de 20 dias ao réo ausente *Frederico Luiz da Costa*

O Dr. Virgilio de Sá Pereira, juiz da 9ª Pretoria, servindo como juiz da Camara Criminal do Tribunal Civil e Criminal.

Faz saber aos que o presente edital virem que pela Camara Criminal e cartorio do escriptorio que este subscrive correm e são devidamente processados uns autos de summario de culpa em que é autora a justiça e réo *Frederico Luiz da Costa*; foi pronunciado no art. 196, paragrapho unico do Código Penal, e tendo o Dr. promotor publico apresentado o libello crime accusatorio são os termos proceder-se a julgamento do mesmo réo, mas, como se ache este ausente, pelo presente cita e chama para que, findos que sejam os 20 dias, venha a este juizo, que funciona no predio n. 108 da rua dos Invalidos, offerecer a sua contestação ao mesmo libello, dentro de oito dias, que correrão em cartorio, contados da terminação do prazo do presente edital, sob pena de proceder em todos os termos do julgamento a sua revelia. Este será affixado pelo porteiro dos auditorios no logar do costume e publicado por tres vezes no *Diário Official*. Dado e passado nesta Capital Federal, aos 5 de maio de 1900.— Eu, José Teixeira Sampaio, escriptorio, o escrevi.— *Virgilio de Sá Pereira*.

CAMARA COMMERCIAL

De convocação de credores da cessão de bens da firma *Moura & Irmão*, para se reunirem na sala das audiencias da Camara Commercial, à rua dos Invalidos n. 108, no dia 22 do corrente mez, a 1 hora da tarde, a fim de deliberarem sobre a respectiva proposta apresentada pela mesma firma, na forma do art. 131 do decreto n. 917, de 1890

O Dr. Julio de Barros Raja Gabaglia, juiz, servindo no impedimento do Dr. Ataulfo Napoleão de Paiva, juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal, etc.

Faço saber em como por parte de *Moura & Irmão*, foi dirigida ao Dr. presidente desta camara, e a mim distribuida, a petição do teor seguinte: Illm. e Exm. Sr. presidente da Camara Commercial— Dizem *Moura & Irmão*, negociantes, estabelecidos com commercio de secos e molhados à rua Camerino n. 60, com sua firma devidamente registrada, documento sob n. 1, não existindo protesto por falta de pagamento de qualquer obrigação commercial sua, documento sob n. 2, que em face do balanço exacto do seu activo e passivo, documento n. 3, e da escripturação constante dos livros que apresentam, não podendo, como desejavam, solver a contento os seus compromissos para com todos os seus credores constantes da inclusa relação, documento sob n. 4, quando, entretanto, possuem bens constantes do seu activo que dá socegame para os desonerar de toda a responsabilidade do passivo, como fazem certo com o documento sob n. 5, vem por isso requerer a V. Ex. se digne de designar juiz a fim de proceder às diligencias legais para os ditos seus credores serem immitidos na posse da totalidade dos alludidos bens para que por

elles se paguem. Nos expostos termos, os supplicantes pedem a V. Ex. deferimento. Rio, 17 de fevereiro de 1900.— *Duarte José de Mello Pitada*. (Estava sellada). Despacho: Ao Sr. Dr. Ataulfo. Rio, 31 do fevereiro de 1900.— *T. Torres*. Despacho: Requeiram em termos e declarem os supplicantes qual a especie de acção que desejam. Rio, 23 de fevereiro de 1900.— *Ataulfo*. Distribuição: D. a Penna, em 23 de fevereiro de 1900. No impedimento do distribuidor. F. A. Martins. Réplica: Illm. e Exm. Sr.— Os supplicantes requerem na forma do art. 31 do decreto n. 917, para que os seus credores sejam immitidos na posse da totalidade dos bens presentes, conforme o pedido em face, para que por elles se paguem, pelo que pedem a V. Ex. lhes defira o seu pedido. Nos expostos termos, os supplicantes pedem a V. Ex. deferimento. Despacho. D. A. á conclusão. Rio, 23 de fevereiro de 1900.— *Ataulfo*. E tendo sido nomeada a commissão de syndicancia e a mesma apresentado o seu respectivo relatório, subiram os autos á conclusão, baixando com o despacho do teor seguinte: «Junta-se o conhecimento de quitação do imposto de industrias e profissões dos requerentes; e espeçam-se os editaes de convocação de credores.— Forum, 28 de fevereiro de 1900.— *Gabaglia*.» Em virtude do que se passou o presente edital, pelo qual são convocados os credores da cessão de bens da firma *Moura & Irmão*, para se reunirem na sala das audiencias da Camara Commercial, à rua dos Invalidos n. 108, no dia 22 do corrente mez, a 1 hora da tarde, a fim de deliberarem sobre a proposta apresentada pela mesma firma e assistirem á leitura do relatório da commissão de syndicancia, ou formarem o contracto de união, elegendo syndico e uma commissão fiscal para a liquidação da mesma firma, advertindo que os credores ausentes poderão constituir procuradores por telegrammas, cuja minuta authentica ou legalizada deverá ser apresentada ao expeditor que na transmissão mencionará esta circumstancia, sendo licito a um só individuo ser procurador de um ou mais credores, entendendo-se o mesmo habilitado a tomar parte em todas as deliberações que se tomarem na reunião. E para constar se passou este e mais dous de igual teor para serem publicados e affixados na forma da lei pelo porteiro dos auditorios, que de assim o haver cumprido lavrará a competente certidão para ser junta aos autos. Dado e passado nesta Capital Federal, aos 10 de maio de 1900. Eu, João de Souza Pinto Junior, escriptorio juramentado, o escrevi. E eu, Joaquim Benício Alves Penna, escriptorio, o subscrevi.— *Julio de Barros Raja Gabaglia*.

De notificação aos accionistas da Companhia Manufactora de Cal e Artigos Ceramicos, abaixo descriptos, para dentro do prazo de 30 dias effectuarem o pagamento de suas entradas não realizadas, sob pena de serem as mesmas acções vendidas por conta e risco de seus proprietarios, em leilão publico, na forma abaixo

O Dr. Celso Aprigio Guimarães, juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal, etc.:

Faz saber aos que o presente edital virem que por este juizo o cartorio do escriptorio que este subscrive, processam-se os autos de notificação em que é notificante a Companhia Manufactora de Cal e Artigos Ceramicos e notificados os accionistas da mesma companhia, os quaes foram iniciados com a petição do teor seguinte: Exm. Sr. Dr. presidente da Camara Commercial— A Companhia Manufactora de Cal e Artigos Ceramicos, credora dos accionistas constantes da relação inclusa, por entradas não realizadas de suas acções, requer seja ordenada a citação delles, por editaes publicados 10 vezes durante um mez, no *Jornal do Commercio* e no *Diário Official*, para, no prazo de 30 dias, que será assignado em audiência, virem realizar as entradas a que estão obrigados, sob pena de serem as acções vendidas por sua conta e, na

PARTE COMMERCIAL

Camara Syndical dos Corretores de Fundos Publicos da Capital Federal

CURSO OFFICIAL DE CAMBIO E MOEDA METALLICA

	90 d/o	A' vista
Sobre Londres.....	8 21/32	8 5/8
Sobre Paris.....	1\$101	1\$105
Sobre Hamburgo.....	1\$360	1\$365
Sobre Italia.....	—	1\$046
Sobre Portugal.....	—	443
Sobre Nova York.....	—	5\$731
Soberanos.....	28\$450	—
Ouro nacional por 1\$..	3\$150	—

CURSO OFFICIAL DE FUNDOS PUBLICOS

Apolices

Apolices geraes de 5 % cautela.	850\$000
Ditas geraes de 1:000\$, 5 %	900\$000
Ditas do Empréstimo Nacional de 1895, port.....	800\$000
Ditas idem de 1895, nom.....	910\$000
Ditas idem de 1897, nom.....	1:025\$000
Ditas idem de 1899, port.....	1:800\$000
Ditas do Empréstimo Municipal de 1896, port.....	163\$000

Bancos

Banco Lavoura e Commercio....	118\$500
Dito Nacional Brasileiro.....	190\$000
Dito da Republica do Brazil....	192\$500

Companhias

Comp. Melhoramentos no Brazil	16\$500
Dita Minas de S. Jeronymo.....	30\$000

Debentures

Debs. Comp. União Sorocabana e Ituana, 1ª serie.....	59\$000
--	---------

Capital Federal, 21 de maio de 1900. — O syndico, José Claudio da Silva.

Cambio

O Banco da Republica do Brazil recebeu hontem dos seus agentes, os Srs. N. M. Rothschild & Sons, o seguinte telegramma datado de: Londres, 21 de maio de 1900, ás 3 horas e 50 minutos da tarde.
Consolidados inglezas, 101 1/2 %.
Apolices de 1879, 65 % subiram 2 pontos desde 18 do corrente.
Ditas externas de 1888, 65 % subiram 1 ponto desde 18 do corrente.
Ditas idem de 1889, 65 1/2 %, subiram 1/2 ponto desde 18 do corrente.
Ditas idem de 1895, 73 %, subiram 1/2 ponto desde 18 do corrente.
Funding Loan, 88 %, subiram 1/2 ponto desde 18 do corrente.
Oeste de Minas, 69 %.

SOCIEDADES ANONYMAS

Collegio do Caraça

ESTATUTOS

Este collegio fundado ha mais de 80 annos, collocado no pincaro da serra do mesmo nome, estabelecimento de ensino secundario, tão conhecido pelos paes de familia, tem por fim, não só preparar os moços para matricula nos cursos de ensino superior e a obtenção do grão de bacharel em sciencias e lettras, sinão educar a mocidade brasileira, que só desta arte será a esperanca da Patria, o arrimo da religião e o consolo da grande familia que todos estremeçemos.

Occupo hoje o collegio um novo e vasto edificio nas melhores condições de hygiene e salubridade, proprias da sua situação topographica.

As salas, quer particulares, quer das aulas, os pateos, a igreja, magnifico e sumptuoso templo em estylo gothico, são illuminados com luz electrica.

O Caraça, para se conformar com o decreto de 20 de maio de 1899, adoptou e já está cumprindo o programma do Gymnasio Nacional.

São, pois, as disciplinas distribuidas em seis annos de estudos, da maneira por que são organizadas e ensinadas no dito Gymnasio. Se o alumno que tiver cursado todas as materias e na ordem determinada pelo decreto n. 3.251 poderá prestar o exame de madureza no mesmo collegio.

O curso completo comprehende as linguas: portugueza, franceza, ingleza, allemã, latina e grega.

As sciencias: arithmetica, algebra, geometria, trigonometria, elementos de mecanica e astronomia, de physica e chimica, de historia natural, geographia, chorographia do Brazil, logica, desenho, musica vocal (obrigatoria), musica instrumental (facultativa), piano (facultativo).

O collegio admite tambem alumnos que, independente de seriação, frequentem as aulas que lhes forem necessarias para matricula em cursos que não exijam exame de madureza, como sejam os de commercio e os de guerra, marinha, pharmacia, odontologia, etc.

Haverá duas épocas de exames: a 1ª, no fim do anno lectivo e a 2ª no começo.

O processo de exames será prestado pelo que a respeito dispõem os arts. 12 e seguintes do decreto de 8 de abril de 1899.

No exame de madureza constituirão objecto de prova todas as disciplinas do curso, desde que o candidato pretenda o grão de bacharel em sciencias e lettras: ser-lhe-hão, porém, dispensadas as provas de mecanica e astronomia, inglez ou allemão, grego e litteratura, desde que apenas vise obter certificação de estudos medicos ou secundarios, que o habilitem à matricula em curso superior.

CONDIÇÕES

1.ª O collegio só admite alumnos maiores de 10 annos e menores de 18.

2.ª O alumno deve exhibir certidão de baptismo e attestado de vaccina com resultado.

3.ª Cada alumno deve ter no Rio de Janeiro ou em alguma cidade vizinha, como sejam Ouro-Preto, Bello-Horizonte, Santa Barbara, etc., um correspondente para os casos previstos no regulamento interno do collegio.

4.ª A pensão dos alumnos será paga em tres prestações adiantadas: a primeira no dia da entrada (1º de outubro); a segunda no dia 1º de janeiro; a terceira no dia 1º de abril, sendo cada uma de 150\$, ao todo 450\$, independente da pensão, pagarão joia 60\$, lavagem de roupa 55\$, luz 20\$000.

Papel, cadernos, pennas, lapis, tinta, etc., são fornecidos pelo collegio mediante 5\$ mensaes.

Observações

1.ª Trimestre principiado será pago por inteiro. (O alumno cujos paes não tiverem pago o trimestre adiantado sera, depois de um primeiro e segundo aviso aos mesmos, entregue ao correspondente.)

2.ª Mediante aviso prévio, mandado pelo telegrapho ao collegio com antecedencia de cinco ou seis dias, os alumnos encontrarão condução na estação de Ouro Preto pelo diminuto preço de 35\$ por cada um.

3.ª O collegio mantem um enfermeiro bem experimentado e uma pharmacia bem fornecida;

4.ª O medico da casa pôde ser chamado pelo telephone a toda e qualquer hora, contrbuindo cada alumno com 10\$ anuaes;

5.ª O collegio, já assaz conhecido pela sua regularidade na disciplina em todo Brazil, possui um corpo docente de professores nacionaes e estrangeiros habilitado por uma longa pratica de ensino. — O director, padre H. Lacoste.

falia de compradores, adjudicadas á supplicante, nos termos dos arts. 33 e 34 do decreto n. 434, de 4 de junho de 1891. P. seja designado juiz que deira a presente. Rio, 18 de maio de 1900. — O advogado, Deodato C. Vilella dos Santos. Despacho: Ao Sr. Dr. Celso Guimarães. Rio, 18 de maio de 1900. — T. Torres. Despacho: D. A. Citem-se. Rio, 18 de maio de 1900. — Celso Guimarães. Distribuição: D. a C. Real, em 18 de maio de 1900. — O distribuidor, J. Conceição. Relação dos accionistas da Companhia Manufactora de Cal e Artigos Ceramicos, devedoras por entradas em atrazo: Banco União Ibero Americano, 10 accções, 60 %, 1:200\$; Domingos de Souza Rodrigues, 20 accções, 60 %, 2:400\$; Francisco Paulo de Bulhões Sayão, 25 accções, 60 %, 3:000\$; Francisco Garcia Castanêdo, 50 accções, 60 %, 6:000\$; Francisco José Nunes, 25 accções, 60 %, 3:000\$; Gustavo Hastey, 50 accções, 60 %, 6:000\$; Pompeu Palha, 10 accções, 60 %, 1:200\$; Dr. Antonio Nunes da Rocha, 100 accções, 20 %, 4:000\$; Banco de Minas Geraes, 250 accções, 20 %, 10:000\$; F. Henry Henley, 100 accções, 20 %, 4:000\$; Guilherme Finni Kemp, 50 accções, 20 %, 2:000\$; João Julio Nogueira do Carvalho, 25 accções, 20 %, 1:000\$; João Braga, 10 accções, 20 %, 400\$; José Dias do Prado, 25 accções, 20 %, 1:000\$; José Pinto de Oliveira, 20 accções, 20 %, 800\$; M. J. de Oliveira Costa Junior, 25 accções, 20 %, 1:000\$; Manoel Mattos Gonçalves, 50 accções, 20 %, 2:000\$; Nicalho Viggiano, 25 accções, 20 %, 1:000\$; Visconde de Sapucahy, 50 accções, 20 %, 2:000\$; Visconde de Carvalhaes, 100 accções, 20 %, 4:000\$. Total, 56:000\$. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1900. — Pela Companhia Manufactora de Cal e Artigos Ceramicos, José Francisco Lisboa, director-presidente. Em virtude do que se passou o presente pelo teor do qual são notificados os accionistas acima declarados para sciencia de que, dentro do prazo de 30 dias, que correrão da data da primeira publicação deste edital, são obrigados a satisfazer as suas accções, sob pena de lançamento e de ser as accções vendidas em publico leilão por conta e risco dos notificados, para pagamento dos seus debitos ou serem ellas adjudicadas á companhia notificante, caso não encontrem comprador. E para constar passaram-se este e mais dous de igual teor, que serão publicados e affixados na forma da lei. Dado e passado nesta Capital Federal, em 21 de maio de 1900. E eu, Francisco de Borja de Almeida Corte Real, escrivão, o subscrevi. — Celso Aprigio Guimarães.

De publicação da sentença que declarou aberta a fallencia da firma Emanuele Cresta & Comp. estabelecida á rua da Quitanda n. 41 na forma abaixo.

O Dr. Celso Aprigio Guimarães, juiz da Camara Commercial do Tribunal Civil e Criminal da Capital Federal, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem que, por este juizo e cartorio do escrivão que este subscreve, processam-se os autos de fallencia de Emanuele Cresta & Comp. a qual foi declarada aberta pela sentença do teor seguinte: Em vista da confissão por termo a fls. 14 deffiro o requerido a fls. 2 e declaro aberta a fallencia dos supplicantes Emanuele Cresta & Comp. a datar de hontem. Seja esta decisão regularmente publicada, e nomeio syndicos Victorio Migliora e José Joaquim Alves de Brito: Custas pela massa. Rio, 19 de maio de 1900. — Celso Aprigio Guimarães. Em virtude do que se passou o presente pelo teor do qual se faz publica a sentença que delarou aberta a fallencia de Emanuele Cresta & Comp., para os fins de direito. E para constar passou-se este e mais dous de igual teor, que serão publicados e affixados na forma da lei. Dado e passado nesta Capital Federal em 21 de maio de 1900. E eu, Francisco de Borja de Almeida Corte Real, escrivão, o subscrevi. — Celso Aprigio Guimarães.